

Rose Mary Ferreira Pereira
Thaís Ferreira da Rocha

**Discurso midiático: análise
retórico-jornalística do gênero
editorial**

Maceió, AL
2006

Índice

1	A Retórica Aristotélica	13
1.1	Retórica e Dialética	13
1.2	Função da Retórica	14
1.3	Gêneros da Retórica	15
1.4	A estrutura do discurso	16
1.4.1	Exórdio	16
1.4.2	Narração/Exposição	17
1.4.3	As provas	18
1.4.4	Refutação	18
1.4.5	Epílogo/Peroração	18
1.4.6	Interrogação e facécia (ironia/humor)	19
2	Retórica contemporânea	21
2.1	Definição de Retórica em Fidalgo	21
2.2	Definição de Retórica em Plebe e Emanuele	24
2.2.1	Técnicas retóricas	25
2.3	Definição de Retórica em Perelman	29
2.3.1	Os âmbitos da argumentação	29
2.3.2	As condições para uma argumentação	32
2.3.3	Técnicas argumentativas	34
3	Gêneros textuais	41
3.1	A evolução do termo gênero	41
3.2	Definição e classificação de gênero	44

4	Gêneros jornalísticos	47
4.1	Classificação geral	47
4.2	O jornalismo opinativo	49
4.2.1	Comentário	51
4.2.2	Artigo	52
4.2.3	Resenha ou Crítica	53
4.2.4	Coluna	53
4.2.5	Crônica	54
4.2.6	Caricatura	54
4.2.7	Carta	55
5	Gênero jornalístico opinativo editorial	57
5.1	Definição	57
5.2	Classificação	59
5.3	Análise retórico-jornalística do gênero editorial .	61
6	Considerações finais	83
7	Referências	85
8	Anexos	89

*Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social como
requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Jornalismo.*

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Orientador: Prof. Dr. Antonio Francisco Ribeiro de Freitas

A Deus, “o autor e consumidor da minha fé”, porque sem Ele, eu nada teria feito. A Ele, que me inspira e me capacita a fazer cada coisa diariamente e que ao longo desta monografia, deu-me ânimo, inteligência e acima de tudo, cuidou de mim e das minhas emoções nos momentos de tensão. Por Ele eu entrei no curso de Jornalismo e por Ele, eu o concluo. A você, Pai, porque eu te amo!

Rose Mary Ferreira

A todos. Porque, sendo considerada a amnésia que ocasionalmente me ocorre, seria injusto não mencionar alguém. Alguém importante. Que, de certa (bem certa ou não, nunca se sabe) forma, forjaram meu caráter enquanto pessoa e estudante. Deus. Minha mãe, meu pai, meus irmãos. Minha FAMÍLIA. Os contidos no entrelaçado da árvore genealógica e os que acabaram, por mim, sendo enxertados a ela. À professora que me ensinou a ler e ao professor Aloísio Nunes, que, ao contrário de se sentir afrontado, é inteligente o bastante pra entender que tudo é signo!

Thaís Ferreira

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de muitos esforços e histórias de vida. Também têm parte nesta monografia: minha mãe, pelo apoio e dedicação integrais a mim e aos meus estudos; meu pai Valtair, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio também; meu querido Eri, pelo incentivo e amor dispensados a mim em todo o tempo; minhas amigas-irmãs, Rosa e Thaís, pelos bons momentos de descontração que aliviavam o stress e por existirem em minha vida; Danny, que apesar de tão longe, socorreu-me no inglês; minha irmã e meu cunhado, que sempre acreditaram no meu potencial e me dão tanto carinho; Freitas, o orientador deste TCC, pela disponibilidade em todo o tempo e por ter nos emprestado seus livros, para que este trabalho se realizasse; e todos os meus amigos, impetuosos, familiares e alfaomeguenses em geral, pessoas extraordinárias, que dão mais cor à minha vida!

Rose Mary Ferreira

A realização deste trabalho só foi possível por causa de mim, da Rose, do professor orientador Freitas, da minha mãe – que não mediu esforços pra que o trabalho fosse concretizado –, do meu pai e meus irmãos, que me estimularam para findá-lo; de Aristóteles, Perelman, Pinheiro, Melo...; e todos que tornaram os árduos, longos (e teoricamente) quatro anos na universidade, além de uma experiência válida e única para toda vida, possíveis de serem concluídos – impetuosos e alfaomeguenses.

Thaís Ferreira

“As palavras, depois de ditas, dizem sempre outra coisa. Submissas no momento da escolha, deixam-se moldar ao capricho de quem as toma. Mas logo que pronunciadas, afastam-se para sempre. Não são mais as nossas palavras. Passam a ser as palavras dos outros, a quem se entregam sem qualquer hesitação ou pudor. Abrem-se ao mundo e à vida, recebem diferentes usos e interpretações, ganham novos sentidos. As palavras são livres e não se deixam aprisionar. Não admira, por isso, que só digam a mesma coisa uma vez.”

C. V. MARQUES

Resumo

Este trabalho é uma pesquisa teórica e documental, de cunho retórico-jornalístico, sobre o gênero jornalístico opinativo editorial, visando à ampliação do conhecimento científico sobre os gêneros midiáticos contemporâneos. Para a realização desta pesquisa, selecionamos, pesquisamos, catalogamos e analisamos cinco editoriais publicados pelo jornal Gazeta de Alagoas, por ser o jornal de maior circulação no Estado de Alagoas, entre o período de 16 a 26 de fevereiro de 2006. Para isso nos baseamos em estudos retóricos clássicos de Aristóteles (1999) e em teóricos contemporâneos, como Fidalgo (2005), Plebe e Emanuele (1992) e Perelman (1999); em noções de gêneros textuais fundamentadas em Bakhtin (1992) e na classificação tipológica de gêneros jornalísticos proposta por Melo (1985). Sendo assim, concluímos que o estudo dos gêneros remonta a Aristóteles e que a estrutura do discurso criada por ele permanece atual e presente nos gêneros textuais. Através da análise dos editoriais, constatamos a impossibilidade de escrever um bom editorial sem o conhecimento teórico tanto das técnicas retóricas, quanto das características do próprio gênero.

Palavras-chave: Retórica, Gêneros discursivos, Jornalismo, Editorial.

Abstract

This work is a theoretical and documentary research of a rhetorical-journalistic matrix, about the journalistic editorial opinative gender, aiming to the magnification of the scientific knowledge about the contemporary mediatic genders. For the accomplishment of this research we select, we search, we catalogue and we analyze five editorials published for the newspaper *Gazeta de Alagoas*, for being the newspaper of bigger circulation in the state of Alagoas, between the period of 16th until 26th February 2006. For this, we had based on Aristotle's classic rhetorical studies (1999) and on contemporaries theoreticians, as Fidalgo (2005), Plebe and Emanuele (1992) and Perelman (1999); on slight knowledge of literal genders based on Bakhtin (1992) and on the typological classification of journalistic genders proposed by Melo (1985). Therefore, we conclude that the study of the genders retraces Aristotle and that the structure of the speech created by him remains current and present in the literal genders. Through the analysis of editorials, we conclude the impossibility to write a good editorial without the theoretical knowledge about rhetorical techniques and characteristics of the proper gender.

Keywords: Rhetoric, Genders of the speech, Journalism, Editorial.

Apresentação

Desde a literatura clássica, há preocupação em reunir textos que obedecem a uma tipologia geral, pelas especificidades e diferenças que mantêm entre si. Classificar gêneros já era uma atividade na Grécia Antiga, observada, principalmente em Platão e Aristóteles.

Os estudos evoluíram ao longo dos anos e em 1985, José Marques de Melo, em seu livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, fez a classificação dos gêneros jornalísticos opinativos, tida como referência até hoje. Dentre os gêneros opinativos divididos por Melo (1985), demos destaque ao editorial, que é nosso objeto de estudo e se caracteriza por ser um texto no qual o jornal expressa sua opinião diante dos fatos de maior repercussão no momento.

Elaboramos este trabalho, em ordem cronológica, com o intuito de mostrar a origem dos estudos dos gêneros e refletir a teoria na prática, através da análise de editoriais do jornal Gazeta de Alagoas.

No primeiro capítulo, mostramos o início dos estudos dos gêneros através da retórica aristotélica, bem como explicamos algumas especificidades e função da Retórica. Além disso, falamos sobre os três gêneros discursivos (deliberativo, judiciário e epidítico) e da estrutura que os discursos, em geral, têm (exórdio, narração, provas e epílogo).

No segundo capítulo, retratamos a retórica contemporânea e suas técnicas por meio de três abordagens diferentes: de acordo com Fidalgo (2005), Plebe e Emanuele (1992) e Perelman (1999), com sua *Nova Retórica*.

No terceiro capítulo, abordamos uma visão geral dos gêneros textuais: sua origem, evolução, definição e classificação, desde Platão e Aristóteles a autores contemporâneos como Bakhtin (1992) e Todorov (1980).

No quarto capítulo, tratamos sobre os gêneros jornalísticos e seus dois tipos, de acordo com Beltrão (1980) e Melo (1985): o informativo e o opinativo. No segundo tópico deste capítulo, ao escrevermos sobre o jornalismo opinativo, detalhamos cada gênero opinativo, a saber: comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta; reservando o editorial para o quinto capítulo.

E por fim, no quinto capítulo, tratamos do objeto de estudo desta monografia que é o gênero editorial, definindo-o e classificando-o de acordo com Melo (1985). Além disso, ainda neste capítulo, consta a parte prática do trabalho, que é a análise, tanto retórica, quanto jornalística, de cinco editoriais do jornal *Gazeta de Alagoas*, extraídos na segunda quinzena de Fevereiro de 2006. Nos anexos, trazemos os cinco editoriais, utilizados nesta análise, retirados do site www.gazeta-oam.com.br, através da ferramenta *print screen*.

Capítulo 1

A Retórica Aristotélica

1.1 Retórica e Dialética

Aristóteles (1999, p. 29) mostra, em seu livro *Arte Retórica*, que há analogias entre a Retórica e a Dialética, no sentido de que todos os homens participam, até certo ponto, de uma e de outra; todos se esforçam, dentro de certos limites, em submeter a exame ou defender uma tese, em apresentar uma defesa ou uma acusação.

Tendo em vista que para convencer alguém são necessárias provas e que as provas são baseadas em demonstração, Aristóteles (op. cit., p. 30) ressalta que o entinema é a demonstração da Retórica. O entinema é um tipo de silogismo¹, sendo que um silogismo oratório. Para o filósofo grego (op. cit., p. 34), como a Dialética trata indiferentemente de toda a sorte de silogismos, a Retórica, portanto, é integrante desta outra faculdade.

¹ “O silogismo é uma forma de raciocínio, mercê da qual, sendo dadas certas proposições (premissas), destas resulta necessariamente uma nova proposição.” (ARISTÓTELES, op. cit., p. 37).

1.2 Função da Retórica

A utilidade da Retórica está ligada à predominância da verdade e da justiça, pois se os discursos não forem ditos da melhor maneira, a eficácia deles será comprometida. Ela não tem o objetivo de persuadir, mas de discernir os meios que podem gerar persuasão nas diferentes situações.

Aristóteles (op. cit., p. 31) afirma que o papel da Retórica é distinguir o que é verdadeiramente suscetível de persuadir do que é só na aparência. A persuasão acontece através de argumentos, ou seja, do discurso e das ferramentas discursivas ou retóricas, cuja base é o entinema.

Os meios de persuasão são divididos pelo filósofo grego (1999, p. 86) em não-técnicos e técnicos.

Os não-técnicos são os que independem da Retórica como arte, por já preexistirem, independentemente da vontade do orador. Aristóteles (op. cit., p. 86-89) os divide em cinco: as leis, os tratados, as testemunhas, os contratos (ou documentos), as confissões obtidas pela tortura, que era um meio de prova lícito na Grécia, e o juramento.

Os meios técnicos são aqueles “dependentes da arte”, que são fornecidos pelo discurso e que dependem da invenção ou criação discursiva do orador. Estes são subdivididos em três espécies: a fundada no orador (*ethos*); no auditório (*phatos*) e no discurso (*logos*). Ou seja, um discurso consegue persuadir o público de três formas: por meio do caráter do orador - quando este expressa confiança -, pelas inclinações despertadas no público - quando o discurso envolve a platéia -, e pelo próprio discurso - pelo o que ele evidencia -, explica Aristóteles (op. cit., p. 33).

1.3 Gêneros da Retórica

Na visão aristotélica, todo discurso é composto por três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala. Este último, o ouvinte, pode ser juiz ou espectador.

Sendo espectador, tem relação com os gêneros retóricos, que também são três: o deliberativo ou suasório, que acontece nas assembleias, e no qual se aconselha ou desaconselha alguém a tomar alguma atitude futura; o judiciário ou forense, que é utilizado perante os juízes ou jurados do tribunal para acusar ou defender alguém de algum ato que tenha praticado no passado; e o demonstrativo ou epidítico ou ainda, de exibição, “que acontece quando o orador deseja exibir seus conhecimentos retórico-argumentativos, geralmente fazendo o elogio de alguém ou de algo, quando, na realidade, o orador está efetivamente se exibindo perante o público” (FREITAS, 2002, p. 48).

Cada um desses três gêneros tem objetivos específicos e distintos:

O fim do gênero deliberativo é o útil e o prejudicial, pois, quando se dá um conselho, este é apresentado como vantajoso, e quando se pretende descartá-lo, ele é apresentado como funesto. [...] O fim para os pleiteantes é o justo ou o injusto, mas acontece que também eles colhem elementos dos outros gêneros. Quando se louva ou se censura, as referências são feitas ao belo ou feio; [...] (ARISTÓTELES, 1999, p. 39).

Independente do gênero escolhido, os discursos sempre são utilizados para formar uma opinião. Quando se utiliza o gênero deliberativo, a intenção é repreender ou motivar alguém a tomar uma decisão, já no judiciário a pretensão é combater os argumentos do adversário, destruindo-os, e no epidítico, o discurso dirigido ao ouvinte tem a mesma organização, encadeamento, que no judiciário.

Ao falar sobre os gêneros, Aristóteles (op. cit., p. 41) ressalta também a importância dos lugares próprios e dos lugares-comuns, que nada mais são do que as premissas² da Retórica. Elas são evidenciadas quando o orador, ao apresentar seu discurso, não se preocupa somente em demonstrar o que afirmou, mas também em quão grande ou pequeno, quão bom ou mau, quão belo ou feio, quão justo ou injusto o assunto tratado por ele é.

1.4 A estrutura do discurso

Na concepção aristotélica, o discurso, obrigatoriamente, tem que ter duas partes: a exposição do assunto e a prova, pois é importantíssimo indicar o assunto de que se trata e em seguida fazer a demonstração, para dar clareza e confiabilidade ao assunto exposto.

No máximo, o discurso pode ser constituído de exórdio, exposição, prova e epílogo, sendo a refutação uma amplificação das provas do orador, fazendo, portanto, parte delas. Esses quatro elementos (exórdio, exposição, prova e epílogo) são integrantes de discursos em geral, mas dependendo do gênero no qual o discurso é feito, cabem algumas especificidades.³

1.4.1 Exórdio

Sua função é conquistar o auditório, conforme frisa Freitas (2002, p. 32), fazendo-o se interessar pelo tema a ser tratado pelo orador e, com isso, criar a predisposição favorável para o mesmo. No caso de o orador já ser bem conhecido do auditório, o exór-

² De acordo com o *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*, premissa é cada uma das duas proposições, a maior e a menor, de um silogismo; proposição ou fato do qual decorre uma consequência.

³ Por exemplo, a narração pertence somente ao discurso judiciário; e o prólogo, a discussão contraditória e a recapitulação só existem no discurso deliberativo quando há contestação.

dio pode ser supresso. O exórdio é o começo do discurso, sua introdução.

[...] os exórdios dão uma indicação do assunto para que o ouvinte seja informado da questão tratada e para que seu pensamento não fique em suspenso, visto que o que é indeterminado faz vaguear o espírito. Pondo, por assim dizer, entre as mãos do ouvinte o início da obra, faculta-se-lhe seguir sem interrupção o desenvolvimento (ARISTÓTELES, 1999, p. 206).

O exórdio pode ser expresso de maneira diferente dependendo do tipo de discurso utilizado. Assim, no discurso demonstrativo, ele vai exprimir o que vai ser dito ao longo do discurso e conquistar o público; no discurso epidítico ele vai ser representado, conforme frisa Aristóteles (op. cit., p. 206), pelo elogio, conselho, censura, enfim, considerações que dizem respeito ao ouvinte; no discurso judiciário ele esclarece, geralmente de maneira breve, as intenções do discurso.

1.4.2 Narração/Exposição

Para a narração demonstrativa, Aristóteles (op. cit., p. 211) orienta que o orador a divida em partes, para que seja possível expor detalhadamente para o auditório os atos que formam o fundo do discurso. O fundo do discurso, lembra Freitas (2002, p. 32), é composto por duas partes: uma não-técnica, que independe da arte oratória, e outra que depende da arte, a parte técnica, que é quando o orador vai fazer uso do *logos*, da palavra.

Deve-se evitar a narração cronológica de fatos, pois tal procedimento causa dificuldades à memória do ouvinte e *secura* ao discurso. Quanto à quantidade de fatos narrados, Aristóteles (1999, p. 211) aconselha fazer uso da justa medida, em que se fala (ou se escreve) o suficiente para ilustrar o assunto, para provar que o fato aconteceu. Além disso, recomenda que se junte à narração, tudo o que valorize o mérito pessoal do orador.

1.4.3 As provas

As provas devem ser precisas, exatas, e a contestação deve se referir somente ao ponto contestado. Como no gênero demonstrativo, os fatos são apresentados como belos e úteis, eles já servem de provas. Os exemplos, para o filósofo grego (op. cit., p. 214), cabem, sobretudo, ao gênero deliberativo porque como a deliberação está ligada ao futuro, sempre há de se recorrer ao passado para exemplificar os fatos. Já os entinemas, de acordo com Aristóteles (op. cit., p. 214) estão relacionados ao gênero judiciário.

Recomenda-se que não se coloque os entinemas de maneira seqüenciada, mas intercalada e que não os use exageradamente. Quando não for possível encontrar entinemas, Aristóteles (op. cit., p. 215) recomenda que o orador faça valer seu caráter moral.

1.4.4 Refutação

A refutação, de acordo com Aristóteles (op. cit., p. 215), é parte integrante das provas porque ela também se propõe a destruir os dizeres do adversário, seja por meio de uma objeção, seja por meio de um silogismo.

O filósofo grego (1999, p. 209-210) propõe várias maneiras do orador refutar uma acusação: dissipar a má impressão que o público poderia ter dele, ir contra os fatos contestados, dar um motivo diferente à acusação feita, verificar se o acusador já não esteve envolvido no mesmo fato que hoje acusa, dentre outras.

1.4.5 Epílogo/Peroração

Quanto à peroração, ela é dividida por Aristóteles (op. cit., p. 220) em quatro partes: na primeira, o orador procura ganhar prestígio perante o ouvinte e desprestigiar o adversário; na segunda, o que foi dito no discurso é amplificado ou atenuado; na terceira, procura-se motivar de forma sentimental o envolvimento do ouvinte, despertando nele compaixão, indignação e etc.; e na quarta parte, é feita uma recapitulação de todo o discurso.

Faremos portanto a recapitulação da maneira indicada, aproximando os argumentos ou segundo a ordem natural, segundo a qual o orador expressou suas razões, e retomando separadamente, se se quiser, as do adversário. Para terminar, o assíndeton fica bem aqui, para que tenhamos uma peroração e não um novo discurso: ‘Tendo dito, ouvistes, estais a par da questão, julgai’ (ARISTÓTELES, *op. cit.*, p. 220).

Ainda na recapitulação, é importante que o orador elogie ou censure o auditório, conforme o discurso dele, para que a decisão a ser tomada pelo público seja a mais correta, isto é, a desejada pelo próprio orador.

1.4.6 Interrogação e facécia (ironia/humor)

Esta é uma outra estratégia que o orador pode se utilizar e consiste em interrogar o acusador ou o interlocutor, quando este, após ter enunciado uma das partes da alternativa, ao ser indagado, responde um absurdo, algo que não condiz com os fatos. A interrogação pode ser usada quando, ao ser evidente um ponto inicial, espera-se que o adversário emita outro de forma evidente. Assim não sendo, o orador deve interrogar para mostrar que o adversário se contradiz ou que suas afirmações são paradoxais.

O filósofo grego (1999, p. 218) continua dizendo que também usamos a interrogação para forçar o adversário a responder sofisticadamente. É comum que, nesta ocasião, o adversário decepcione o auditório ao responder sobre algo assim: “Isto é e isto não é; isto ora é, ora não é; deste ponto de vista, isto é ou não é [...]” (ARISTÓTELES, *op. cit.*, p. 218).

Além da interrogação, a facécia, ou seja, o humor, a ironia e a brincadeira bem conduzida, muitas vezes, como ressalta Freitas (2002, p. 36), são impreteríveis para que o orador, no embate retórico, conquiste a simpatia do ouvinte. Enfim, convém sempre agradar o público, de maneira inteligente e divertida.

Capítulo 2

Retórica contemporânea

2.1 Definição de Retórica em Fidalgo

O termo “retórica” vem do termo grego *retoriké*, que está relacionado aos termos *retor* (orador) e *retoreia* (discurso público, eloquência) e significa, portanto, tanto a arte oratória como a ciência que estuda essa arte.

Em Fidalgo (2005, BOCC), a definição de retórica remete à cultura grega, não só por sua etimologia, mas também porque a partir dela, surgiu a democracia.

A civilização grega se distinguiu de todas as outras pelo grande uso que fazia da palavra pública, da oratória; todos os assuntos deveriam ser definidos por meio de uma decisão majoritária, ou seja, o poder era obtido por quem tinha as palavras mais convincentes nas assembléias. Isso orgulhava os gregos, dava-lhes prestígio.

Foi a nossa cidade que revelou a cultura, que descobriu e organizou todas estas vantagens, que nos ensinou a agir e dulcificou as nossas relações, e que distinguiu entre as desgraças provocadas pela ignorância e pela necessidade, e ensinou a precavermo-nos contra aquelas e a suportar estas corajosamente. Foi ela que honrou a eloquência, que todos desejam, e cujos

possuidores são invejados. [...] os que foram criados desde início como homens livres não se conhecem pela coragem, riqueza ou qualidades dessa espécie, mas se distinguem, sobretudo, pela maneira de falar, e é este o sinal mais seguro da educação de cada um de nós, e aqueles que sabem usar bem da palavra, não só são poderosos no seu país, como honrados nos outros (ISÓCRATES, p. 47-49 apud FIDALGO, op. cit., BOCC)¹.

Mas há uma lenda sobre o surgimento da retórica que, para muitos autores, entra em choque com a idéia democrática de retórica comentada acima. Esta lenda remonta o surgimento da retórica às disputas legais pela pertença de terras na Sicília nos primórdios do Século V antes de Cristo. Um dos autores que comenta essa hipótese é Barthes (1987 apud FIDALGO, op. cit., BOCC) que relata que dois tiranos sicilianos, Gelão e Hierão, que queriam povoar Siracusa, viram a necessidade de fazer o bom uso da palavra, de ser eloqüentes, ao serem depostos pela democracia e submetidos a grandes júris populares, pois tinham que convencê-los. Assim, esta eloqüência logo se tornou objeto de ensino e lucro.

Ou seja, a retórica, deste ponto de vista, não passa de uma técnica de manipulação da linguagem, para qualquer fim, seja

[...] de persuadir pela palavra os juizes no Tribunal, os senadores no Conselho, o povo na Assembléia, enfim os participantes de qualquer espécie de reunião política e, assim, com esse poder fazer seus escravos o médico e o professor de ginástica, e até o grande financeiro (GÓRGIAS, p. 453e apud FIDALGO, 2005, BOCC).

¹ A tradução é tirada de *Hélade. Antologia da Cultura Grega*, de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra-1982, pgs 302-303.

Porém, Fidalgo (op. cit., BOCC) defende a íntima ligação da retórica com a expressão de liberdade e democracia, mesmo apesar de sua origem forense. Afinal, em uma sociedade livre, as decisões não decorrem da força física de umas das partes, mas ambas as partes têm o direito de apresentar seus argumentos, defender seus pontos de vista e influenciar, deste modo, a opinião de quem se deseja atingir, seja ele um juiz, um leitor, um espectador ou um ouvinte.

Todorov (1979, p. 57-59 apud FIDALGO, op. cit., BOCC) enfatiza a profunda ligação entre eloquência e democracia ao afirmar que a eloquência ao passo que é fundamental à democracia, é a razão de seu sucesso.

Isto tem fundamento no sentido de que para se defender um argumento, um ponto de vista, é necessário falar bem, de forma clara, mas esta possibilidade de se expressar, de se ter liberdade de expressão é o que justamente caracteriza a democracia. Portanto, supõe-se que a retórica inexistente na presença de um poder único, quer seja uma monarquia ou uma tirania, afinal para quem há de se defender uma opinião, se ela ao menos será ouvida, muito menos considerada?

A singularidade da retórica na Grécia, explica Fidalgo (2005, BOCC), em relação às outras formas de linguagem, está em que ela pertence à esfera pública ou política da vida de um cidadão, onde o homem exerce, na *polis*, sua liberdade. Na vida privada, natural ou familiar, o homem só enfrenta as necessidades próprias da condição animal e as suas; não sendo necessário ser eloquente, pois naquela época, em sua família, o homem detinha poder absoluto e não deveria ser questionado em suas decisões.

Os grandes difusores da retórica foram os sofistas e, por isso, a retórica era frequentemente vista com “maus olhos”, interpretada como um jogo de palavras e truques usados para persuadir alguém. Essa interpretação negativa está relacionada ao modo como estes difusores eram vistos pela sociedade da época.

Os sofistas eram sempre muito críticos em relação à cultura grega, viam tudo com relativismo, procurando avaliar as coisas

segundo o critério da experiência humana. Daí surgiu, por exemplo, a notável sentença de Protágoras (apud FIDALGO, op. cit., BOCC) de que “o homem é a medida de todas as coisas”. Os sofistas colocavam tudo em questão e não aceitavam os padrões instituídos.

Uma vantagem que não se pode negar trazida por eles foi a abertura para o pensamento filosófico, para a criação de novas idéias sustentadas pela argumentação e critérios racionais. Assim sendo, a “retórica era a técnica de, pelo pensamento e pela palavra, tanto pôr em causa e derrubar o estabelecido, como de erguer novas idéias e novos valores, que, no entanto, se mantinham sempre sujeitos à crítica” (FIDALGO, op. cit., BOCC).

2.2 Definição de Retórica em Plebe e Emanuele

Plebe e Emanuele (1992, p. 11), em seu livro *Manual de Retórica*, falam de uma contenda original entre a Retórica, a Filosofia e a Dialética e dizem que desde que estas disciplinas surgiram oficialmente (entre 427 e 387 a.C.), disputam espaço, sendo, muitas vezes, difícil estabelecer limites entre elas. Mas dizem haver um ponto comum entre as três, pois elas propõem temas de caráter geral, sustenta-os através de uma tese, e os discute para comprovar sua validade.

A primeira tarefa da retórica, no entendimento de Plebe e Emanuele (1992, p. 12), é a especificação de temas conceituais de que valha a pena se ocupar, sendo ela, portanto, a arte de descobrir temas e conceitos (heurística). Eles dizem que a retórica é também uma atividade agonística, ou seja, de competição, pois para ela é fundamental o êxito, a eficácia, o sucesso a qualquer custo.

Para a filosofia, são indispensáveis critérios dicotômicos como, por exemplo, falso-verdadeiro ou bom-mau. Para Platão (apud Plebe e Emanuele, op. cit., p. 14), a filosofia visa ao verdadeiro

e é possível ter um pensamento verdadeiro e não saber expressá-lo de maneira eficaz. No entanto, esta afirmação é refutada com frequência por outros autores.

 Ouve-se com frequência certas pessoas afirmarem que têm em mente muitos e importantes pensamentos, mas que não conseguem exprimi-los. Na verdade, se de fato os tivessem, tê-los-iam cunhado em belas e sonoras palavras e, assim, seriam expressos. Se, no ato de exprimi-los, esses pensamentos parecem desaparecer ou tornam-se escassos e pobres, é porque não existiam ou eram apenas escassos e pobres (CROCE, 1950, p. 12 apud Plebe e Emanuele, *op. cit.*, p. 15).

Tanto a retórica, quanto a filosofia, são atividades individuais, ao contrário da dialética que é essencialmente um exercício de colaboração, daí seu caráter oratório. Sócrates, sua figura emblemática adorava falar em público na rua, por considerar a escrita uma atividade individual e isolada, inclusive o próprio termo “dialética”, conforme ressaltam Plebe e Emanuele (*op. cit.*, p. 16), significa “dialogar”.

A dialética funciona como um intermédio entre a filosofia e a retórica, pois valoriza a formação de conceitos, mas não à maneira da retórica, que se preocupa com a expressão desses conceitos, mas no sentido de se preocupar como estes conceitos serão recebidos pelo interlocutor.

2.2.1 Técnicas retóricas

Segundo Plebe e Emanuele (1992, p. 35), as primeiras técnicas destinadas a incentivar, com meios apropriados, a invenção dos conceitos, remetem-se à escola de Górgias, na Grécia.

- **A técnica do antimodelo**

Esta técnica parte do pressuposto de que quando se toma como referência um modelo precedente, não se está sendo original, no entanto, quando um conceito não é baseado em uma idéia anterior, pode se tornar estranho, uma “esquisitice”. Por isso, a primeira opção (imitar um modelo anterior) termina dando mais segurança e credibilidade.

rectius Iliacum carmen deducis in actus, quem si proferres ignota indictaque primus [terás maior sucesso se levares à cena o argumento da *Ilíada* do que se fores o primeiro a representar coisas desconhecidas e jamais expressas em palavras] (HORÁCIO, p. 129-130 apud PLEBE e EMANUELE, op. cit., p. 36)

No entanto, a retórica gorgiana criou uma terceira opção: partir de um antimodelo, e não de um modelo. Assim, um autor não começaria uma obra tentando se basear em outra, mas tentando fazer tudo ao contrário de alguma que é considerada inaceitável. Cada um faria seu escrito para combater um determinado antimodelo. Assim, como exemplificam Plebe e Emanuele (op. cit., p. 36), Alcidas, rival de Isócrates, tomou exatamente este como antimodelo e escreveu uma obra intitulada *Contra os logógrafos, ou sofistas*.

A técnica do antimodelo estimula, como frisa Perelman (apud PLEBE e EMANUELE, op. cit., p. 38) a inventividade *a contrario* e não exclui a possibilidade de derivar alguma idéia ou algum procedimento parcial precisamente do próprio antimodelo.

- **A técnica da imitação de um modelo**

A técnica da imitação de um modelo, ao contrário do que parece à primeira vista, não consiste em reproduzir totalmente um modelo anterior, mas em utilizar, como esclarecem Plebe e Emanuele (1992, p. 41), um esquema articulado, reproduzindo só um

motivo e variando os demais; assim, esta técnica escapa da falta de originalidade.

Esta técnica, chamada também de iteração retórica de conceitos, é considerada por Plebe e Emanuele (op. cit., p. 42) uma imitação de segundo grau, porque contrabalança variações originais e a imitação de um conceito preexistente, diferenciando-se assim, da mimese poética, que é uma imitação de primeiro grau, pois reproduz diretamente ações humanas e fatos já acontecidos.

• A técnica dos paradoxos

Plebe e Emanuele (op. cit., p. 43) afirmam que a fundamental arte de inventar só pode ser a de primeiro grau, em que realmente há a invenção do argumento sem pressupor nada.

A técnica dos paradoxos funciona como um meio-termo entre a invenção de primeiro grau e a técnica de segundo grau do antimitelo. Ela não é de segundo grau porque não se baseia em nenhum conceito já teorizado, mas também não é totalmente de primeiro grau porque não surge do nada, mas de uma opinião comum que é contrariada, sendo por isso uma “contra-opinião”.

A teoria de invenção do paradoxo é, pois, uma técnica que faz com que um argumento novo decorra da luta contra a própria coerência. Essa luta leva-nos a topar com *admirabilia*, conceitos ou teses surpreendentes. [...] Esse procedimento permite superar a interpretação redutora que, por exemplo, Barthes forneceu da *inventio* retórica, segundo quem ela seria apenas de segundo grau, isto é, seria sempre apenas uma ‘descoberta’ do já existente e não uma autêntica ‘invenção’ do novo.” (PLEBE e EMANUELE, op. cit., p. 44).

Plebe e Emanuele (1992, p. 44-45) exemplificam esta técnica através de Montaigne e da sua tese de que os animais são melhores que os homens e esclarecem também que no paradoxo, o criador

escolhe uma opinião corrente e a subverte, ou seja, cria o seu oposto. Esta é a razão pela qual eles defendem que nesta técnica é possível obter uma invenção autêntica, pois no paradoxo, o autor é guiado por um instinto criativo a escolher a idéia, dentre inúmeras outras, que ele se sente capaz de inverter.

- **A definição na retórica**

Plebe e Emanuele (op. cit., p. 48) enfatizam que a retórica não entende a definição como uma revelação da realidade, mas como uma forma de manipulá-la, constituindo-se, assim, uma importante técnica inventiva.

Charles Stevenson (apud PLEBE e EMANUELE, op. cit., p. 49) diz que as “definições persuasivas” são aquelas que procuram convencer de maneira unilateral. Elas dirigem o que já se conhece para conclusões gerais com um fim persuasivo.

Não é difícil entender esta definição de Stevenson, afinal até mesmo quando se define um termo, de certa forma, há uma parcialidade nisto, pois ele foi escolhido em detrimento de outro termo qualquer. E isto se estende hoje aos assuntos abordados nas matérias dos jornais impressos, por exemplo, e mais ainda nos textos dos gêneros opinativos que trataremos nos capítulos seguintes.

Esta percepção da influência que uma definição pode causar não foi teorizada recentemente. Aristóteles (1999 apud PLEBE e EMANUELE, op. cit., p. 50) já refletia sobre isto quando classificou as definições em nominais, quando exprimem o significado de um termo; em reais, quando mostram a essência e o porquê de uma coisa; e em retóricas quando procuram persuadir o público a tomar algo como verdade, quando na realidade nada mais é do que um posicionamento, uma opinião dele mesmo.

Este terceiro tipo de definição (a definição retórica) pode ser vista como ilícita, já que pretende colocar uma opinião pessoal como verdade. Plebe e Emanuele (1992, p. 51) admitem que, às vezes, isto de fato acontece, mas justificam que quando há uma indicação explícita das razões da escolha de uma definição persuasiva, esta não pode ser tomada como desonestidade intelectual.

2.3 Definição de Retórica em Perelman

2.3.1 Os âmbitos da argumentação

Perelman (1999, p. 15) inicia sua obra distinguindo a demonstração da argumentação. Ele destaca que a concepção clássica de demonstração está ligada à lógica, em que uma linguagem artificial é criada através da combinação de signos, gerando assim, axiomas, expressões sem prova consideradas válidas. Na lógica, as demonstrações coercivas são obtidas apenas pela escolha de signos e regras que dispensem dúvidas e ambigüidades.

No entanto, esta isenção de ambigüidade não é possível ser obtida na linguagem, tendo em vista seu caráter polissêmico, ou seja, a linguagem não é lógica.

Perelman (op. cit., p. 16) evidencia também a diferença entre a lógica e a linguagem ao ressaltar que o que importa em uma argumentação não é apenas mostrar que algo existe, por exemplo, mas persuadir o público de que esse algo existe de fato. Por isso, a Nova Retórica leva em consideração não só o discurso, mas as condições psíquicas e sociais das pessoas que se pretende influenciar.

Perelman (op. cit., p. 16-17) introduz termos novos no estudo retórico, como “contato dos espíritos”, que visa à “adesão dos espíritos”. Adesão dos espíritos nada mais é do que a apoio do interlocutor às idéias defendidas em um discurso, seja ele oral ou escrito.

Para argumentar, além da técnica e da linguagem em comum, Perelman (1999, p. 18-19) relata outras estratégias: o orador precisa querer a concordância do auditório; ter interação com o interlocutor, participação mental dele; ser humilde, no sentido de entender que nada é indiscutível; e, sobretudo, ter uma larga audiência, afinal, quando pelo menos, ouve-se alguém é porque há uma disposição de lhe aceitar o ponto de vista.

No entanto, além destas estratégias, Perelman (op. cit., p. 20) alerta também para a ilusão que causa a conhecida afirmação de

que “os fatos falam por si sós”, como se ao enunciar algumas experiências, de determinada forma, o orador fosse sem dúvida, infalivelmente, persuadir seus possíveis ouvintes ou leitores, enfim, seu público. Esta persuasão não ocorre inevitavelmente porque o conjunto dos indivíduos que compõem o público é muito variável, são várias pessoas pensando de forma totalmente diferentes. Os autores que não se preocupam com o auditório são comparáveis a um visitante mal educado.

Eles [os autores] se jogam numa cadeira, fixando enfadonhamente os sapatos e anunciam bruscamente, a si mesmos ou aos outros, nunca se sabe: ‘Fulano e beltrano mostraram... que a fêmea do rato branco responde negativamente ao choque elétrico...’ Muito bem, meu senhor, digo-lhes e daí? Diga-me primeiro porque devo incomodar-me com isso, *então* ouvirei (BRUNER, 1942, p. 62 apud PERELMAN, op. cit., p. 20).

O contato com o público e a tentativa de entendê-lo, juntamente com suas particularidades, é fundamental. No entanto, esse contato não é somente condição prévia para a argumentação, mas é necessária em todo o seu decorrer, afinal a argumentação é totalmente relacionada ao auditório, já que visa à persuasão do mesmo.

Perelman (op. cit., p. 22) define o auditório como sendo o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Mas não é fácil determinar esse conjunto de pessoas, pois no caso do escritor, por exemplo, não é possível saber com exatidão quem vai lê-lo.

O auditório ou o público pode ser homogêneo, tendo o mesmo nível intelectual ou financeiro, por exemplo, ou heterogêneo, sendo composto por ricos e pobres, intelectuais e ignorantes ao mesmo tempo. Neste caso, Perelman (1999, p. 24) aconselha que o orador utilize argumentos múltiplos, de tal forma que satisfaça todos ali presentes. O saber lidar com esse auditório heterogêneo é o

que caracteriza o grande orador, que demonstra um grande interesse pelo parecer das pessoas a quem se dirige.

Perelman (op. cit., p. 33-34) destaca três tipos de auditório: o auditório formado apenas por um interlocutor, a quem o orador se dirige num diálogo; o constituído pelo próprio sujeito, como acontece no caso de um monólogo, quando o orador define os próprios atos; e, por fim, o auditório universal, constituído pela humanidade inteira, por todos os homens adultos e normais – de características heterogêneas, portanto.

A argumentação dirigida ao auditório universal tem sua especificidade, ressalta Perelman (op. cit., p. 35). Ela deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das particularidades locais ou históricas.

Como se pode observar, convencer e persuadir são usados por Perelman (op. cit., p. 30-31) como sinônimos. Ele mostra a distinção feita entre persuasão e convencimento só a título de esclarecimento, mas diz não ser adepto desta separação porque os critérios que separam estes termos sempre os tomam de maneira isolada, sem considerar o contexto nos quais eles estão inseridos.

Assim, por exemplo, alguém pode ser convencido de que comer rápido faz mal, mas mesmo assim comer rápido. E isso não significa que o convencimento não é bastante, mas pode indicar de que apesar dela estar convencida dos perigos de comer rápido, ela também pode estar convencida de que está com pressa e de que há ganho de tempo em se comer mais rápido.

Mas para mostrar as distinções entre persuasão e convencimento, Perelman (1999, p. 30) explica que para quem visa o resultado, persuadir é mais que convencer, tendo em vista que a convicção nada mais é do que o primeiro passo para a ação. Ou seja, a convicção estaria inclusa na persuasão; em contrapartida, para quem enfatiza mais o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir, porque neste caso, como defendia Pascal (p. 961 apud PERELMAN, op. cit., p. 30), a razão é conven-

cida e o autômato – corpo, imaginação e sentimento – é que são persuadidos.

Ao refletir sobre a influência que a opinião pode ter sobre a ação, Perelman (op. cit., p. 67) diz que a objetividade não é suficiente, precisa-se da imparcialidade. A diferença entre objetividade e imparcialidade, para ele, é que ser imparcial significa fazer parte do mesmo grupo que aqueles a que se julga, sem ter tomado partido por nenhum dos dois lados, ao contrário de ser objetivo, que significa ser alheio à questão em debate. Aqui, a imparcialidade significa o equilíbrio das forças em debate, entre os pontos de vista postos em causa.

A imparcialidade soa atualmente no meio jornalístico como um mito, algo que não tem como existir. Perelman (op. cit., p. 67), ao definir a imparcialidade, falou bem ao salientar que ela é necessária. Ele é fundamental, mas só existe na teoria, pois na prática, os interesses dos donos das empresas de comunicação falam mais alto; eles jamais permitiriam que seus inimigos políticos, por exemplo, já que estamos em um ano eleitoral, fossem beneficiados pelos discursos de seus jornalistas contratados. Daí surge uma dúvida: onde está, neste caso, a imparcialidade?

2.3.2 As condições para uma argumentação

Em uma argumentação, tanto o seu início, quanto o seu desenvolvimento, implicam acordo do auditório, faz-se necessário que tudo o que for exposto, seja presumidamente admitido por ele, conforme observa Perelman (op. cit., p. 73).

Para que isto aconteça, Perelman (1999, p. 74) trata em sua obra dos objetos dos acordos, que podem servir de premissas em duas categorias: uma relativa ao real, que inclui os fatos, as verdades e as presunções; e outra relativa ao preferível, que ao contrário da categoria anterior, pretende a adesão de grupos particulares e para isto, conta com os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.

Perelman (op. cit., p. 75-79) explica que os objetos de acordo

relativos ao real visam à adesão do auditório universal e que um **fato** é algo comum a várias pessoas, ou seja, algo em que reina um acordo universal a seu respeito; as **verdades** são os elos entre os fatos e devem, portanto, transcender a experiência; e que as **presunções**, como estão ligadas à opinião, não conseguem, por si só, ter adesão máxima do auditório, precisando portanto, serem reforçadas por outros elementos.

O **valor** está ligado à idéia de multiplicidade dos grupos, de se atingir públicos particulares. Ao tratar deste tópico, Perelman (op. cit., p. 87) destaca que há valores universais ou absolutos - tais como o Verdadeiro, o Bem, o Belo, o Absoluto e etc. -, valores abstratos e valores concretos.

As **hierarquias**, para Perelman (op. cit., p. 90), seriam justificáveis em virtude de valores. Na maioria das vezes, elas ficam implícitas no discurso. Há as hierarquias concretas, que podem se referir às classes de objetos, como quando se afirma superioridade dos homens sobre os animais; e as hierarquias abstratas, que estão ligadas aos valores, como a que expressa a superioridade do justo sobre o útil.

Os **lugares do preferível** são premissas de ordem geral. Aristóteles (1999, p. 41 apud PERELMAN, op. cit., p. 94) já falava sobre isso ao explicar os *lugares-comuns*, que servem indiferentemente em qualquer ciência e não é dependente de nenhuma, e os *lugares específicos*, que estão ligados a uma ciência ou gênero oratório particular. Perelman diz que os lugares-comuns hoje, na atualidade, são uma aplicação dos lugares-comuns, no sentido aristotélico, a temas particulares, ou seja, uma aplicação do geral ao particular.

As possibilidades de combinar estes objetos de acordos na argumentação são tantas, que se torna fundamental que o orador selecione, previamente, os elementos que servirão de ponto de partida para o discurso, frisa Perelman (1999, p. 131). Portanto, a recomendação dele neste caso, é que se tente entender o auditório com o qual se está lidando, pois para cada um existe um determi-

nado conjunto de objetos de acordo que tem maior possibilidade de influenciá-lo.

Perelman (op. cit., p. 132) enfatiza ainda que quando certos elementos são selecionados e apresentados ao auditório, estes elementos ganham *presença*. Esta *presença* é um dado psicológico que interfere diretamente sobre a sensibilidade de quem a vê. Isso significa que se toda argumentação é seletiva e torna presente o fato selecionado, logo, toda argumentação é parcial.

Em busca da solução para esta parcialidade, Perelman (op. cit., p. 136) recomenda que uma argumentação tendenciosa seja completada pela argumentação adversa, a fim de permitir um equilíbrio.

A etapa seguinte à seleção dos dados, é a interpretação deles; é preciso dar-lhes sentido, torná-los relevantes para o seguimento do discurso. Essa necessidade de interpretação na argumentação é devido ao fato dela fazer uso da linguagem e, portanto, os termos utilizados poderem ter vários modos de significação, justifica Perelman (op. cit., p. 137).

2.3.3 Técnicas argumentativas

Perelman (op. cit., p. 211-212) lembra que os vários elementos de um discurso persuasivo estão em constante interação e que produzem efeitos, como um todo, numa determinada situação. Portanto, qualquer tentativa de analisá-los isoladamente é arriscada.

Da mesma forma que é arriscado discernir um esquema argumentativo, pois para isto, é necessário interpretar as palavras do orador; interpretação esta que não passa de uma hipótese mais ou menos provável.

Perelman (1999, p. 213) destaca também que à medida que o orador argumenta, argumentos espontâneos vão sendo gerados nos ouvintes; argumentos estes, que mesmo não sendo expressos, influenciam muito no resultado final da argumentação.

A Nova Retórica perelmaniana aborda dois esquemas argu-

mentativos, que se caracterizam por processos de ligação e dissociação.

Entendemos por processos de ligação esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Entendemos por processos de dissociação técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento. A dissociação terá o efeito de modificar tal sistema ao modificar algumas das noções que constituem suas peças mestras (PERELMAN, op. cit., p. 215).

Na realidade, tanto os processos de ligação, quanto os de dissociação, são complementares e sempre operam conjuntamente, mas a argumentação sempre enfatizará um dos dois e não mostrará o outro, pois isso resultaria no efeito contrário ao desejado, expõe Perelman (op. cit., p. 215).

Os esquemas de ligação resultam em argumentos quase-lógicos e argumentos baseados na estrutura do real. Mas há ainda os argumentos que fundam a estrutura do real e as técnicas de dissociação.

Carvalho (2004, PARATEXTO), ao citar a divisão dos argumentos perelmanianos em dedutivos e indutivos, explica que o argumento dedutivo² é aquele em que a verdade das premissas determina a verdade da conclusão, e o argumento indutivo³ é aquele

² Exemplo de argumento dedutivo: “Premissa maior: ‘Todo homem é mortal.’ Premissa menor: ‘João é homem.’ Conclusão : ‘João é mortal’” (CARVALHO, op. cit., PARATEXTO).

³ Exemplo de argumento indutivo: “Premissa maior: ‘É comum após a chuva ficar nublado.’ Premissa menor: ‘Está chovendo.’ Conclusão: ‘Ficará nublado’” (CARVALHO, op. cit., PARATEXTO).

em que a verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão.

O argumento dedutivo é conhecido também como silogismo; o silogismo prova o que se sabe. Já o raciocínio indutivo é considerado um argumento quase lógico, porque se dá a partir de premissas empíricas que conduzem a conclusões empíricas, reforça Carvalho (2004, PARATEXTO).

• Os argumentos quase-lógicos

De acordo com Carvalho (op. cit., PARATEXTO) os argumentos quase-lógicos têm esse nome porque são apresentados como comparáveis a raciocínios lógicos, dedutivos, mas por utilizarem uma linguagem comum, ou seja, ordinária, são capazes de gerar várias interpretações, o que não é possível com a linguagem formal, que é unívoca.

Na argumentação, várias técnicas podem ser utilizadas, quais sejam:

A *incompatibilidade*, que conforme Carvalho (op. cit., PARATEXTO) comenta, acontece quando uma argumentação sustenta duas asserções contrárias e o auditório é levado a escolher uma das duas proposições ou a rejeitar ambas.

O *ridículo*, que de acordo com Perelman (1999, p. 233), é aquilo que merece ser sancionado pelo riso. É uma forma de condenar um comportamento exagerado, mas que não é tão grave ou perigoso para se lançar mão de meios violentos. Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificação, com uma opinião aceita.

A *identificação* de diversos elementos que são o objeto do discurso, sendo que o procedimento mais comum no caso de identificação completa é o uso das *definições*, afirma Perelman (op. cit., p. 238).

A *tautologia*⁴, que é definida com sendo um vício ou figura

⁴ Definição do *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1999.

retórica que consiste em repetir a mesma idéia utilizando termos diferentes.

A *regra de justiça*, que é definida por Perelman (1999, p. 248) como sendo a técnica que trata igualmente os seres e situações integrados numa mesma categoria.

Os *argumentos de reciprocidade*, que, de acordo com Carvalho (2004, PARATEXTO), são aqueles que assimilam dois seres ou duas situações, mostrando que os termos correlativos numa relação devem ser tratados da mesma forma.

Os *argumentos de transitividade*, que são considerados por Carvalho (op. cit., PARATEXTO) um caso específico de identificação, onde acontece uma relação entre um termo e um segundo termo, e uma relação entre um segundo termo e um terceiro, que logo determina que esta relação existe também entre o primeiro e o terceiro; por exemplo: $A=B$, $B=C$, logo, $A=C$.

A *inclusão da parte no todo*, que pode apenas mostrar a inclusão das partes num todo ou dividir o todo em suas partes e relacionar as partes daí resultantes, segundo Perelman (op. cit., p. 262).

A concepção de um *todo como a soma de suas partes*, que pode servir de base a uma série de raciocínios que são denominados argumentos de divisão ou *partição*. Carvalho (op. cit., PARATEXTO) diz que a divisão permite tirar uma conclusão sobre o todo, após se ter analisado cada uma das suas partes.

E os *argumentos de comparação*, que é quando vários objetos são avaliados, um em relação ao outro.

• Argumentos baseados sobre a estrutura do real

Perelman (1999, p. 297-298) define os argumentos baseados na estrutura do real como sendo aqueles que permitem passar daquilo que é admitido ao que se quer fazer admitir. Ele diz ainda que desde que haja elementos do real associados uns aos outros numa ligação reconhecida, é possível fundar nela uma argumentação.

Enquanto os argumentos quase-lógicos têm validade em virtude de seu aspecto racional, os argumentos fundados sobre a estrutura do real apóiam-se nessa estrutura para estabelecer uma relação mútua entre juízos admitidos e outros que se querem originar.

Carvalho (2004, PARATEXTO) diz, em breves palavras, que este tipo de argumento se utiliza de *ligações de sucessão* (por exemplo, causa e efeito) ou de *ligações de coexistência* (por exemplo, a pessoa e seus atos).

- **Argumentos que fundam a estrutura do real**

Carvalho (op. cit., PARATEXTO) diz que os argumentos que fundam a estrutura do real são os argumentos que, a partir de um caso conhecido, permitem instituir um modelo, uma regra geral, como os raciocínios pelo modelo ou pelo exemplo.

Perelman (op. cit., p. 399) destaca três ligações que fundamentam o real: o *exemplo*, que permite uma generalização; a *ilustração*, que está relacionada ao caso particular e serve para torná-lo presente na consciência; e o *modelo*, que permite uma imitação.

- **A dissociação**

De acordo com Rauen (2006, FABIORAUEN), o processo de dissociação tem por objetivo negar a existência de uma ligação, baseada em sua incompatibilidade. O par original, segundo ele, é a distinção aparência e realidade, mas há inúmeros pares filosóficos dissociados, como meio/fim, ocasião/causa, relativo/absoluto, dentre outros.

Rauen (2006, FABIORAUEN) mostra também que há várias técnicas para ressaltar os argumentos dos pares filosóficos: a *técnica da inversão*, como nesta frase: “viva sonhando, mas não sonhe vivendo”; a *valorização do meio para transformá-lo em fim*; a *desvalorização do fim para transformá-lo em meio*; o uso

de enunciados que estimulem a dissociação tais como a *tautologia*, *paradoxos*, *metáteses* – que acontecem quando fonemas são deslocados dentro de um vocábulo -, *antimetáboles* – figura que inverte em uma frase as palavras de outra -; e *definições dissociadas*.

• A interação dos argumentos

As interações são determinadas pela escolha dos argumentos, pela amplitude e pela ordem da argumentação, esclarece Rauen (op. cit., FABIORAUEN).

Perelman (1999, p. 524) considera que os argumentos fortes são os eficazes ou os válidos e diz que quando vários argumentos tendem à mesma conclusão, tornam-se ainda mais fortes. Além disso, aconselha que a argumentação não seja muito extensa porque isto faz aumentar a chance de erro.

A ordem da argumentação depende da situação argumentativa, do *feedback*, das reações do auditório, relembra Rauen (op. cit., FABIORAUEN).

Tomando por base ainda a força de cada argumento, Perelman (op. cit., p. 564) analisa as três ordens discursivas que têm sido preconizadas: a ordem da força crescente, que pode indispor a audiência; a ordem da força decrescente, cuja última impressão pode ser desfavorável; e a ordem nestoriana (homérica), em que se começa e acaba com argumentos fortes, deixando os restantes para o meio da argumentação. Esta última ordem é considerada também a mais adequada.

Sousa (2004, PERSUASAO) adverte que independente da ordem escolhida pelo orador, o mais importante é escolher a que causa maior eficácia ao discurso e diz ainda que cada argumento deve surgir no momento em que possa exercer mais efeito, afinal, como a finalidade do discurso é persuadir o auditório, a ordem dos argumentos tem sempre que se adaptar a tal objetivo.

Capítulo 3

Gêneros textuais

3.1 A evolução do termo gênero

De Aristóteles e Platão a Bakhtin e Todorov¹

Como consequência dos avanços tecnológicos e da velocidade na comunicação – que tem transformado a relação que o homem mantém com o mundo através da linguagem – tem surgido uma variedade de “novos” gêneros, bem como de estudiosos preocupados com a função dessa terminologia no cotidiano.

Estudos sobre textos e gêneros são uma preocupação não só dos autores contemporâneos, mas também dos clássicos. Isso pode ser percebido na literatura clássica, quando já se havia pretensões de caracterizar os textos em uma tipologia geral de acordo com suas especificidades e diferenças entre si.

Brandão (2001, p. 19 apud SANTOS, et.alii, 2004, p. 37) destaca que a lingüística não foi a primeira ciência a se preocupar com a questão dos gêneros e sim a retórica e a poética, porque além de ser recente, enquanto ciência específica da linguagem, a lingüística preocupou-se inicialmente com unidades menores que o texto como a forma, a palavra, a frase.

¹Baseado em Najara Ferrari Pinheiro.

Genette² (1998 apud PINHEIRO, 2002, p. 262) – que organizou historicamente os pensamentos de vários autores sobre gêneros – atribui a Aristóteles e a Platão, a distinção entre três formas genéricas fundamentais: o lírico, o épico e o dramático, cujas características são diferenciadas pelos modos de imitação ou representação da realidade, tendo como princípios o modo de enunciação.

No século 4, ao definir os gêneros, Diomedes, sistematizando Platão, define-os segundo a representação que fazem do autor e dos personagens nas obras. Ao lírico pertencem as obras em que fala apenas o autor; ao épico, àquelas em que autores e personagens têm direito à voz e, ao dramático, estão associadas obras em que apenas os personagens falam. Assim concebida, a divisão fundamental tinha um estatuto bem definido, pois estava fundado explicitamente no modo de enunciação dos textos (PINHEIRO, 2002, p. 263).

Ainda dentro deste contexto, Aristóteles propôs subdivisões: o ditirambo, a epopéia, a tragédia e a comédia. Esses gêneros eram classificados a partir de suas especificações de conteúdo.

Sobre a discussão dos gêneros, já na literatura moderna, Blanchot (1959 apud PINHEIRO, op.cit., p. 263) se opõe à organização textual sob a perspectiva genérica. Para ele, apenas o livro era importante e os textos não deviam se restringir a formas como gêneros e rubricas – como a prosa ou poesia, por exemplo. Blanchot e outros teóricos questionavam a possível limitação dos textos a regras estabelecidas por um gênero. Sob a ótica de Todorov (1980 apud PINHEIRO, op. cit., p. 263-264), no entanto, ao mesmo

² Reportando-se à origem literária da noção de gênero, Genette procura traçar uma linha histórica, revisando autores tais como Diomedes, Frye, Schlegel, Goethe, Scholes e Todorov, que pensaram os gêneros em diferentes épocas da história da literatura.

tempo em que Blanchot afirmava que um livro não podia pertencer a um gênero, mas à literatura; ele transformava a literatura no único e total “gênero” no qual investigava as obras.

Assim como percebidos por Blanchot, os textos ou as obras, agrupados em função de convenções, de normatizações ou classificações, estariam subordinados a estruturas coercitivas e inibidoras da criatividade que aprisionam os textos e, portanto, seus produtores; a regras e a modelos rígidos, limitadores do espaço de criação. As divergências entre esse teórico, que refuta o modelo tradicional de gêneros e aqueles que, como Bakhtin (1992), reivindicam o espaço da criação literária, parecem estar apoiadas na visão, bastante restrita, de que os gêneros podem ser considerados um conjunto de normas coercitivas, conformadoras de um padrão (PINHEIRO, *op.cit.*, p. 264).

De acordo com Genette (1998 apud PINHEIRO, *op.cit.*, p. 264) e Todorov (*op. cit.* apud PINHEIRO, *op.cit.*, p. 264), os gêneros antigos não desaparecem, são apenas substituídos por novas formas de gêneros. Um gênero “é sempre a transformação de um ou de vários gêneros antigos, por inversão, por deslocamento, por combinação” (TODOROV, *op. cit.*, p. 46 apud PINHEIRO, 2002, p. 264). Desta forma, além de desconsiderar os estudos dos gêneros limitados à literatura, Todorov legitima a dinamicidade e a mutabilidade de um gênero.

Para Pinheiro (*op.cit.*, p. 265), desde Aristóteles e Platão até Todorov e Bakhtin, a noção de gênero está associada à repetição de certas características e parâmetros a partir dos quais se produz e consome um texto.

Os gêneros caracterizam-se como guias para produtores e receptores. “Funcionam como ‘horizontes de expectativa’ para os leitores e como ‘modelos de escritura’ para os autores”³ (TODOROV, 1980, p. 49 apud PINHEIRO, *op.cit.*, p. 265). De acordo

³ Aspas no original.

com esse princípio, Pinheiro (op.cit., p. 265) ressalta que os gêneros têm duas condições para existir: “uma enfatiza que os autores escrevem em função do sistema genérico que testemunham no texto e fora dele. A outra salienta que os leitores lêem em função do sistema genérico que conhecem pelos sistemas de difusão aos quais têm acesso”.

Os gêneros incorporam e transparecem as transformações na sociedade, “de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social” (BAKHTIN, 1992, p.285 apud PINHEIRO, op.cit., p. 266). Devido à sua dinamicidade e variabilidade, a concepção de gênero não se limita mais ao estudo da literatura clássica. Hoje, não cabem mais aos gêneros clássicos a mesma função nos textos e produções existentes, pois os textos atuais têm características próprias que exigem o desenvolvimento de um “novo” gênero.

A função genérica nos textos contemporâneos é de “mediar a relação produtor-produto-receptor, retornando à idéia de regulação, de estabelecimento de leis de funcionamento dos gêneros” (PINHEIRO, op. cit., p. 266). Desta forma, os gêneros acabam ganhando para si, não uma postura autoritária, e sim uma função de instrumento confiável no qual produtores e receptores podem produzir e interpretar um texto.

3.2 Definição e classificação de gênero

Os textos contemporâneos, por suas características próprias, têm exigido o desenvolvimento de “novos” gêneros, diferentes daqueles dos clássicos. Por isso, PINHEIRO (2002, p. 267) elege a concepção de Bakhtin para definir – e por fim, classificar – os gêneros, pelo fato de sua teoria ser flexível e adaptável aos textos atuais.

Pinheiro (op. cit., p. 267-268) deixa claro que esses “novos” gêneros não são inéditos, mas sim o resultado da combinação de uma variedade de gêneros, que deixa de ser apenas uma junção

de vários gêneros para se transformar num gênero com sua própria identidade. E embora possam parecer também estáveis, essa diversidade tem revelado o caráter volúvel dos gêneros – caráter que permite viabilidade, troca, hibridação.

Devido a essa extrema heterogeneidade dos gêneros, Bakhtin (1992 apud PINHEIRO, op.cit., p. 268) optou por dividir os gêneros em dois tipos: os gêneros primários – os que provêm das interações da vida cotidiana – e os que envolvem uma forma mais complexa e elaborada de linguagem, os gêneros secundários – dos discursos literários, científicos, ideológicos.

Fica perceptível a mutabilidade dos gêneros primários quando esses são absorvidos e transformados pelos gêneros secundários. “Assim, um diálogo ou uma carta, quando inseridos num romance, já não são mais um diálogo cotidiano ou uma carta pessoal, mas parte do romance” (PINHEIRO, op. cit., p. 268).

Os gêneros secundários permitem que as mudanças socialmente históricas sejam refletidas nele. Isto faz transparecer seu caráter mutável – tão mutável quanto às características de uma sociedade.

É pela situacionalidade que relativiza o universal. Por isso o caráter universal de um gênero está vinculado às características de um espaço e de um tempo imperativos, determinantes de produções e produtos em uma determinada sociedade. A situacionalidade faz a história e, nessa perspectiva, articula experiências individuais a experiências coletivas, desenhando, assim, a linguagem, a forma e o conteúdo de textos específicos (PINHEIRO, 2002, p.268-269).

De acordo com Pinheiro (op.cit., p. 269) o conceito de cronotopo, introduzido por Bakhtin, é utilizado para “dar conta dessa cadeia de situações no espaço/ tempo”.

Na literatura, por adaptação, o conceito de cronotopo deve servir para engajar a realidade e caracterizar as diferentes formulações do mundo a partir das

categorias espaço e tempo. Nesse contexto, deve ser entendido como um conjunto de possibilidade concretas, desenvolvidas por vários gêneros, para exprimir a relação das pessoas com os eventos (PINHEIRO, op.cit., p.269).

O termo “cronotopo”, da teoria da relatividade de Einstein, indicava a interdependência entre o tempo e espaço com a biologia. Na literatura, o cronotopo é uma espécie de materialização do tempo no espaço. Com ele é possível perceber a realidade temporal. Pinheiro (op.cit., p.269) destaca que “o cronotopo teria o papel de mediar, de fazer a ponte entre o mundo real e o mundo representado – e a linguagem seria a correia de transmissão”.

Há uma evolução nos gêneros, e isso é permitido pelas transformações da sociedade, porque o gênero está vinculado às características de um espaço/tempo. Machado (2006, REVISTAUSP)⁴ ressalta que Bakhtin define os gêneros como resultado de um uso comunicativo da língua na sua realização ideológica, onde podem – nos gêneros – ser incorporadas transformações impostas historicamente.

⁴ Machado ainda cita alguns cronotopos estudados por Bakhtin: o cronotopo do idílio; do trapaceiro, do bufão e do bobo; do castelo medieval de Walter Scott; das ruas, cidades e ambientes domésticos de Balzac.

Capítulo 4

Gêneros jornalísticos

4.1 Classificação geral

Uma vez que os gêneros estão vinculados à vida social e cultural, e que cada nação possui a sua própria e distinta cultura, Melo (1985) analisou os gêneros jornalísticos de outros países (gêneros europeus, norte-americanos e hispano-americanos) para sugerir uma classificação nacional.

A classificação proposta por Melo obedece a dois critérios:

[...] o primeiro, agrupando os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos através de que se configuram [...] O segundo critério busca identificar os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos. Não se referindo apenas à estrutura do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, e sim, a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura) (MEDINA, 2006, INTERCOM).

O primeiro critério divide-se em duas categorias: a reprodução do real – a descrição objetiva dos fatos sem a emissão de opinião do jornalista na notícia (jornalismo informativo) – e a leitura do real, que, segundo Medina (op.cit., INTERCOM) é “a análise da realidade e a sua avaliação dentro dos padrões jornalísticos, ou em outras palavras, a versão dos fatos”.

Seguindo esses dois critérios, Melo (op.cit. apud MARQUES, 2003, p. 16) propôs a seguinte classificação: os gêneros informativos (nota, notícia, reportagem e entrevista) e os gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, crônica, coluna, caricatura e carta).

Os gêneros informativos têm como características a – suposta – “não-contaminação” pela opinião, valoração e ideologia; a objetividade, a análise fria e racional dos fatos; a informação do que é atual. Segundo Marques (op.cit., p. 16) a diferença entre a nota, a notícia e a reportagem está na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público.

A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais freqüente no rádio e na televisão. A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o retrato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes contato direto com a coletividade. (MARQUES, 2003, p.17)

Os gêneros opinativos além de fornecerem os dados, também oferecem a opinião do jornalista e a sua posição em relação aos fatos, tratando de convencer o leitor de que essa é a posição mais adequada ou correta.

Marques (op. cit., p. 17) esclarece que algumas estruturas desses gêneros são bem semelhantes. Por exemplo, o comentário, o artigo e a resenha pressupõem autoria definida e explicitada, enquanto o editorial não. Já, temporalmente, o comentário e o editorial exigem continuidade e imediatismo, ao contrário da resenha e do artigo. A coluna, a crônica, a caricatura e a carta têm em comum a identificação da autoria, mas a angulação temporal de cada uma é distinta – enquanto a coluna e a caricatura emitem opiniões temporalmente contínuas, a crônica e a carta têm uma estrutura temporal mais defasada. Do ponto de vista da angulação espacial, a caricatura tem a estrutura do ambiente institucional; a carta reproduz o ângulo do receptor e; a crônica e a coluna fazem a mediação entre a ótica da comunidade ou dos grupos sociais a que instituição jornalística se dirige.

4.2 O jornalismo opinativo

Surgido ainda no século XVII, o jornalismo de opinião transformou o jornalismo, antes só comercial, “num palco de batalhas ideológicas, polêmicas, conflitos políticos, lutas e mobilizações sociais, instrumento de ataque e defesa de idéias” (MARSHALL, 2003, p. 78).

Como consequência das suas novas características, a imprensa passa a deter força política e econômica. E pela sua capacidade de influenciar a sociedade, a imprensa conquista o rótulo de “o quarto poder”.

As empresas jornalísticas submetem o objetivo comercial ao objetivo político. A sociedade ferve, as disputas ideológicas ocupam a arena social e a imprensa acaba espelhando essa conjuntura social. [...] É uma era de luta política, vista e narrada pelo jornalista-ideológico, mas simultânea e intrinsecamente subjetiva, vista e narrada pelo olho do poeta e do prosador. Essa tradição, iniciada na Europa, se alastra pe-

los continentes e contamina majoritariamente a linha editorial das publicações da época. As notícias eram fruto de momentos de impulsividade, emoção, inspiração, inquietação, e emanavam a verve iconoclasta, política, ideológica ou literária de seus pressupostos (MARSHALL, 2003, p. 79).

No Brasil, o jornalismo opinativo tinha uma característica acentuada: o monolitismo. Nos periódicos brasileiros era comum uma única pessoa – solitariamente – exercer todo o quadro funcional opinativo da empresa. Melo (1985, p. 77) dá o exemplo, entre outros, da unidade opinativa do “O Correio Braziliense” que contava apenas com o Hipólito da Costa.

Porém, com o passar do tempo, a imprensa evoluiu e tomou novas formas. Deixou de ser uma empresa individual para se tornar uma instituição complexa, formada por uma equipe de assalariados e colaboradores. Sua nova organização, repleta de jornalistas, permitiu ampliar o quadro opinativo da instituição. Mas, apesar de existir uma linha editorial para cada instituição, essa ampliação também fez refletir uma nova característica da imprensa: a fragmentação da opinião, até certo ponto, conflitante.

A mudança do jornalismo, permitida historicamente, revela o novo comportamento do gênero.

De qualquer maneira, a estrutura do jornalismo industrial comporta, até mesmo por razões mercadológicas, diferenças de perspectiva na apreensão e valoração da realidade. Talvez não se possa falar de pluralismo, porque toda instituição jornalística possui sua linha editorial que, através da seleção de informações (pauta, cobertura, copy-desk), entrelaça o fluxo noticioso e lhe dá um mesmo sentido. Mas existe uma abertura para que a valoração das notícias possa ensejar a circulação de diferentes pontos de vista. A amplitude desse espaço varia de instituição para ins-

tuição e depende sempre da conjuntura política nacional (MELO, 1985, p. 78).

Estas mudanças na imprensa são refletidas nos gêneros opinativos através de emissores. Melo (op. cit., p. 78) identifica quatro deles: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor.

A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no editorial. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa apresenta-se sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e eventualmente artigo. A opinião do colaborador, geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural, expressa-se sob a forma de artigos. A opinião do leitor encontra expressão permanente através da carta (MELO, op. cit., p. 78).

Apesar de serem praticamente gêneros universais, no jornalismo brasileiro eles têm suas próprias características. Para identificar cada gênero no jornalismo brasileiro, Melo precisou analisar uma ampla bibliografia estrangeira já que eles, de certa forma, também guardam traços do jornalismo europeu, norte-americano e hispano-americano.

4.2.1 Comentário

Com a velocidade da informação e sua característica sintetizada e objetiva dos fatos, o cidadão começou a querer saber mais sobre o que estava acontecendo. O comentário surgiu por causa dessa reivindicação, dessa ânsia do público.

Melo (op. cit., p. 85-86) define o comentarista como alguém especializado em um determinado assunto, que possui opinião

própria – portanto, não é neutro –, mas procura distanciar-se dos acontecimentos, atuando como agente da notícia; assumindo-se como juiz da coisa pública. A sua opinião torna-se um guia para o público que busca orientação de como agir e entender os fatos cotidianos.

Segundo Melo (1985, p. 87-88) o papel do comentário é explicar as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências. Tem como característica a sua continuidade – serve pra estabelecer o nexo que liga os fatos que aconteceram com os que acontecerão –, trabalha com o imediato, e tem uma estrutura que se divide em duas partes: a síntese do fato e enunciação do seu significado e; a argumentação que sugere o seu julgamento.

4.2.2 Artigo

No Brasil – diferente da concepção da imprensa internacional –, Melo (op. cit., p. 92) define o artigo, como um gênero jornalístico que representa um tipo de matéria escrita por jornalistas ou, na maioria das vezes, por colaboradores que desenvolvem uma idéia e apresentam sua opinião.

Duas espécies de artigos são identificadas por Melo (op. cit., p. 92): o artigo e o ensaio. Eles se diferenciam pelo tratamento dado ao tema – o ensaio apresenta pontos de vista mais definitivos, enquanto o artigo não – e pela argumentação – o artigo baseia-se no próprio conhecimento do articulista; já no ensaio, em fontes que legitimam sua credibilidade documental.

Quanto a sua finalidade, Melo (op. cit., p. 92-94) divide o artigo em dois tipos: o doutrinário – que trata de um tema atual, sugerindo um novo modo de percebê-lo – e o científico – que visa tornar público novos conhecimentos. Sendo que o artigo científico ainda é subdividido em: artigo de divulgação – que visa divulgar novas descobertas – e artigo educativo, que busca educar através de novos conhecimentos e descobertas.

O artigo, por ser geralmente escrito por colaboradores, não segue uma estrutura padrão. Isso permite com que o artigo seja

criado sem restrições quanto ao assunto de que trata, à posição que toma e ao modo em que é escrito, finaliza Melo (1985, p. 94).

4.2.3 Resenha ou Crítica

Esse gênero jornalístico destina-se a orientar o público consumidor dos produtos culturais na sua escolha por obras-de-arte em circulação no mercado.

Melo (op. cit., p. 99) destaca a importância das resenhas por não se restringirem a apenas se dirigir ao público, mas também por assumirem o “caráter de um diálogo com os produtores”, interferindo, assim, nos padrões de produção. Esse gênero tem tomado um grande espaço na imprensa por causa da expansão da indústria cultural, bem como da procura do público consumidor por uma opinião dos críticos para orientá-los a “melhor” consumir.

4.2.4 Coluna

Melo (op. cit., p. 105) define este gênero como uma espécie de colcha de retalhos, estruturado por poucas e sintetizadas informações e opiniões, todas relatadas com muita brevidade, distinguindo-se pela agilidade e pela abrangência.

A coluna surgiu quando o público procurava matérias diferentes das que existiam, distintas das matérias frias e longínquas do leitor. Melo (op. cit., p. 105) retrata a origem da coluna à sobrevivência do padrão do jornalismo amador das primeiras publicações, por se tratar de uma espécie de jornalismo pessoal, em que o colunista é, basicamente, a identidade da coluna.

A coluna por ter como espaço os bastidores da notícia, conseqüentemente acaba cumprindo a função do furo, pois “funciona psicologicamente como câmara de eco dos rumores que circulam na sociedade” (MELO, op. cit., p. 106).

Melo (1985, p. 109-110) identifica alguns tipos de colunas comumente observados nos meios de comunicações brasileiros

como: coluna social, coluna política, coluna econômica, coluna policial, coluna esportiva, coluna de livros, coluna de cinema, coluna de televisão, coluna de música, etc.

4.2.5 Crônica

No jornalismo brasileiro, Melo (op. cit., p. 113-114) identifica o surgimento da crônica como folhetim – espaço, escrito por poetas ou ficcionistas, reservado para registrar o que acontecia no período.

O folhetim de então – dedicado a assuntos variados – não tinha as características das crônicas atuais. Melo (op. cit., p. 116) exhibe a crônica moderna como enunciadora fiel do cotidiano – agindo em torno da atualidade – e cumpridora do papel de criticar o lado social da humanidade. Pela sua participação direta na sociedade, funciona como matéria interligada ao jornalismo informativo.

4.2.6 Caricatura

Melo (op. cit., p. 123) define caricatura como “a forma de expressão artística através do desenho que tem por fim o humor”. Esse gênero foi introduzido pela conjugação de dois fatores socioculturais: o avanço tecnológico dos processos de reprodução gráfica e a popularização do jornal como veículo da comunicação coletiva.

A caricatura cumpre um papel social ainda mais importante que os outros gêneros opinativos veiculados cotidianamente na imprensa, porque a imagem é um instrumento ainda mais eficaz de persuasão, devido à rápida permissão que a caricatura dá ao leitor de perceber a opinião expressa.

Segundo Melo (1985, p. 124), dos quatro tipos de caricaturas (caricatura, charge, *cartoon*, *comic*), apenas a caricatura e a charge fazem parte do “universo jornalístico” por apresentarem o real, a tradução do “ritmo de vida da sociedade, que flagram as expressões hilariantes do cotidiano”. A caricatura toma a função de satirizar fatos do cotidiano.

4.2.7 Carta

A carta é o único gênero jornalístico que representa o ângulo do receptor. A carta é “aquele espaço em certo sentido democrático, ao qual cada um pode recorrer” (MELO, *op. cit.*, p. 129). O espaço não é totalmente democrático pelo fato de que a opinião do público ainda passa pela avaliação da empresa jornalística.

No jornal, esse gênero tem um espaço bem restrito em relação ao espaço dos outros gêneros opinativos, o que acaba exigindo a escrita breve, curta.

Melo (*op. cit.*, p. 131) denuncia o desinteresse da imprensa às opiniões do público já que, embora aumente o número de cartas que chegam às redações, o espaço reservado para elas não é ampliado.

Capítulo 5

Gênero jornalístico opinativo editorial

5.1 Definição

Melo (1985, p. 79) define o editorial como “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Com essa definição, pode-se entender que o editorial é um texto que emite uma opinião, mas não uma qualquer, a do jornal. Diferente dos outros gêneros que emitem a opinião de um autor (que torna público o seu nome, como sendo responsável por sua obra) – seja um jornalista, colaborador ou leitor – o editorial é responsabilidade da instituição, ou seja, da empresa editora.

Isso não significa que o editorial seja a opinião do proprietário da empresa (a não ser em casos de empresas de menor porte), nem que seja a opinião de todo mundo que faz parte da empresa.

[...] nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há

financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de traços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro (MELO, op. cit., p.79).

O editorial tem a difícil tarefa de tomar uma posição diante dos fatos do cotidiano, num espaço cheio de contradições, e ainda conciliar os interesses de diferentes leitores. O editorial

[...] tem sempre de tomar partido, pois sua finalidade é aconselhar e dirigir as opiniões dos leitores. Não se pode reservar: tem de decidir-se. O jornal está, por essência, comprometido a dizer em voz alta o que pensa. Eis porque se deve culpá-lo pelo seu silêncio [...] Está-lhe vedado dar o silêncio por resposta ao interrogatório da atualidade, ou dar uma resposta ambígua. A ambiguidade é excusa de mau pagador. Ou medo à verdade. O ceticismo da acomodação. O jogo bonito de não comprometer-se, de expor os prós e os contra, embora sem desatar o nó da dúvida, pode resultar engenhoso, mas adoece de estéril... Há jornais que pelo seu afã de assepsia no critério permanecem muitas vezes em suspenso, sem saber ao que ater-se. Isto não vale; o jornal não só tem que saber sempre ao que se ater como ainda de manifestá-lo. Os editoriais insignificantes e fora de compasso são uma escamoteação à boa fé dos leitores que os lêem com ânimo de encontrar em suas linhas o caminho (BELTRÃO, 1980, p. 60).

Quem escreve o editorial é um editor – que produz o texto adequado aos valores que o jornal defende, sem assiná-lo pelo fato do editorial se tratar de uma opinião do jornal e não a sua.

Mas, a quem se dirige o editorial? Melo (1985, p. 80) deixa bem claro que no caso da sociedade brasileira – que não possui uma opinião pública autônoma – os editoriais, “embora se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado”.

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (MELO, *op. cit.*, p. 80)

Para as instituições jornalísticas, o editorial tem uma grande importância por causa do papel que cumpre, de dialogar com o Estado. Melo (*op. cit.*, p. 133) ressalta essa importância do editorial comparando-o, não como guia para o público, mas como um meio de diálogo com os “donos do poder”.

5.2 Classificação

Melo (1985, p. 82) adere à classificação do gênero opinativo editorial de Beltrão. Ele aponta quatro características específicas do editorial: a impessoalidade, a topicalidade, a condensabilidade e a plasticidade.

- **Impessoalidade**

É característico do editorial, por se tratar de matéria não assinada, ser escrito na terceira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural. Melo (*op. cit.*, p. 82) explica que essa é uma

característica da própria variabilidade no comportamento do gênero na transição das instituições jornalísticas, que deixaram de ser propriedades individuais ou familiares e se tornaram organizações complexas.

- **Topicalidade**

Segundo Melo (op. cit., p. 82), a topicalidade surgiu como exigência da nova estrutura editorial das empresas brasileiras, que abandonaram o conceito de um único editorial que continha vários assuntos (o que dava a idéia contraditória de um editorial que falava muito, mas, que ao mesmo tempo, não se detinha em nada), por um maior número de editoriais, no qual cada um deles trata especificamente de uma determinada questão, permitindo assim, que o editorial se torne mais preciso e objetivo na expressão da opinião.

- **Condensabilidade**

Melo (op. cit., p. 82) ressalta que a condensabilidade foi uma característica que surgiu por causa do cotidiano dos tempos modernos. A rotina apressada transformou o leitor, dos grandes centros urbanos, em um público que exige rapidez na sua leitura. Ser claro e breve virou uma necessidade do editorial para ser lido.

- **Plasticidade**

Essa característica, explica Melo (1985, p. 82), “decorre da própria natureza dos fenômenos jornalísticos”. Como os fatos jornalísticos são originados pelas circunstâncias e o que acontece no dia-a-dia, eles não podem ser estáticos. “E, se lhe cabe valorar os fatos que estão acontecendo, é indispensável acompanhar o ritmo dos próprios fatos e apreendê-los nos seus desdobramentos, nas suas variações”.

Além destas, Melo (op. cit., p. 84) cita ainda algumas classificações de Beltrão para diferentes espécies de editoriais, segundo cinco variáveis:

- **Morfologia**

Quanto à morfologia, os editoriais são divididos em: artigo de fundo (editorial principal), *suelto* (pequena análise sobre um fato da atualidade) e nota (registro ligeiro de uma ocorrência, antecipando suas conseqüências ao leitor).

- **Topicalidade**

Referente à topicalidade, há as seguintes espécies de editoriais: preventivo (focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças), de ação (apreendendo o impacto de uma ocorrência) e de conseqüência (visualizando repercussões e efeitos).

- **Conteúdo**

Pelo conteúdo, os editoriais são classificados em: informativo (esclarecedor), normativo (exortador) e ilustrativo (educador).

- **Estilo**

Quanto ao estilo, o editorial pode ser: intelectual (racionalizante) e o emocional (sensibilizante).

- **Natureza**

Por fim, quanto à natureza, o editorial é classificado em: promocional (coerente com a linha da empresa), circunstancial (oportunistas, imediatistas) e polêmico (contestador, provocador).

5.3 Análise retórico-jornalística do gênero editorial

Um dos fatores fundamentais, segundo Perelman (1999, p.19), para conseguir a adesão, ou seja, a persuasão, do público é ter uma larga audiência e a atenção de quem se quer persuadir. Esta afirmação conta como vantagem para os editoriais analisados abaixo, pois o jornal *Gazeta de Alagoas* é o jornal de maior circulação no Estado.

Editorial n^o 1: “Sem defesa”

16/02/2006

Opinião

Sem defesa – Editorial

Aos 29 anos de idade, anteontem, mais um ciclista foi atropelado e morto em Maceió. Segundo os registros oficiais do Instituto Médico Legal (IML) foi o quarto óbito neste ano de 2006. O acidente ocorreu na Via Expressa, Tabuleiro do Martins, enquanto a vítima pedalava rumo ao trabalho; ao lado do corpo ficaram estiradas no asfalto a bolsa com roupas e demais objetos pessoais necessários a quem passa o dia no batente.

É forçoso reconhecer a inexistência de faixas específicas para ciclistas e/ou quaisquer outras atenções àqueles que pedalam ou caminham em Maceió. Por mais de uma vez, os editoriais da Gazeta retornaram a este ponto: não existe esforço, nenhuma ação significativa, das autoridades no sentido de reconhecer a pedestres e ciclistas seus direitos mínimos à cidadania urbana. Até nas áreas nas quais foram destinados trechos de pista (nas calçadas, nunca nas rodovias) para os ciclistas esses mesmos trechos são misturados – pela prática corrente e falta de fiscalização – ao uso comum de pedestres e até mesmo como pontos fixos de ambulantes. No fim e ao cabo, nem mesmo as ciclovias (destinadas a lazer e esporte, e não ao trânsito para trabalho) funcionam corretamente.

“Pedalantes” e “caminhantes” seguem entregues à própria sorte, posto não encontrarem guarida em ciclovias ou passeios públicos dignos destes nomes. E têm muita sorte, pois pelos enormes riscos cotidianos – testemunhados por todos, a todas as horas de todos os dias, em Maceió – o número de acidentes é muito pequeno, diante do total abandono público a essas futuras vítimas.

Sinalização e faixas para ciclistas; sinalização, calçadas e faixas para pedestres são iniciativas urgentes a se implementar usando a criatividade comprovada dos técnicos da prefeitura e do governo

do Estado. Não se pode mais ficar a esperar amanhã, pois os riscos ululantes são obviamente fatais.

Análise jornalística

Tema: Segurança em vias públicas.

Escrito em terceira pessoa do singular, caracterizando impessoalidade.

Este editorial aborda a falta de estrutura e segurança para ciclistas e pedestres, caracterizando topicalidade. É um editorial de ação porque abrange o assunto a partir do impacto de um fato.

Texto curto e claro, embora se utilize de termos rebuscados.

O texto aborda um fato atual, que aconteceu ainda na mesma semana que ele foi escrito, caracterizando plasticidade.

Morfologicamente, este editorial é um *suelto*, pois analisa um fato atual.

Quanto ao conteúdo, é normativo; e o estilo, embora apele para o emocional, é racionalizante também, no sentido de que relata um problema na cidade que existe há anos, fazendo com que o leitor reconheça isso.

Quanto à natureza, este editorial é polêmico, pois não só relata o fato, mas exige providências imediatas por parte dos poderes públicos, provocando-os.

Análise retórica

Tendo como base os três gêneros retóricos divididos por Aristóteles (1999, p. 39), esse editorial se enquadraria no **gênero demonstrativo ou epidítico** porque ele critica as autoridades por não terem ainda tomado providência quanto à solução do problema da falta de espaço e sinalização para pedestres e ciclistas em Maceió: “[...] *não existe esforço, nenhuma ação significativa, das autoridades no sentido de reconhecer a pedestres e ciclistas seus direitos mínimos à cidadania urbana*”.

Exórdio

“Aos 29 anos de idade, anteontem, mais um ciclista foi atropelado e morto em Maceió”.

Neste exórdio, o texto indica o que vai ser abordado ao longo de todo o editorial. Não é uma simples narração dos fatos porque quando escreve que foi “mais um ciclista” mostra que é algo recorrente e o editorial vai falar exatamente sobre isso: o fato de ser um fato que se repete.

Narração

“Segundo os registros oficiais do Instituto Médico Legal (IML) foi o quarto óbito neste ano de 2006. O acidente ocorreu na Via Expressa, Tabuleiro do Martins, enquanto a vítima pedalava rumo ao trabalho; ao lado do corpo ficaram estiradas no asfalto a bolsa com roupas e demais objetos pessoais necessários a quem passa o dia no batente”.

Este trecho expõe o fato através de dados confiáveis, como o do IML, e relatando o próprio acidente.

Provas

“É forçoso reconhecer a inexistência de faixas específicas para ciclistas e/ou quaisquer outras atenções àqueles que pedalam ou caminham em Maceió. Por mais de uma vez, os editoriais da Gazeta retornaram a este ponto: não existe esforço, nenhuma ação significativa, das autoridades no sentido de reconhecer a pedestres e ciclistas seus direitos mínimos à cidadania urbana. Até nas áreas nas quais foram destinados trechos de pista (nas calçadas, nunca nas rodovias) para os ciclistas esses mesmos trechos são misturados – pela prática corrente e falta de fiscalização – ao uso comum de pedestres e até mesmo como pontos fixos de ambulantes. No fim e ao cabo, nem mesmo as ciclovias (destinadas a lazer e esporte, e não ao trânsito para trabalho) funcionam corretamente.

‘Pedalantes’ e ‘caminhantes’ seguem entregues à própria sorte, posto não encontrarem guarida em ciclovias ou passeios públicos

dignos destes nomes. E têm muita sorte, pois pelos enormes riscos cotidianos – testemunhados por todos, a todas as horas de todos os dias, em Maceió – o número de acidentes é muito pequeno, diante do total abandono público a essas futuras vítimas”.

As provas cabem ao segundo e terceiro parágrafos quando o texto começa a mostrar, na prática, as causas deste e de outros acidentes que acontecem ou poderão acontecer com ciclistas e/ou pedestres. Ou seja, essas provas mostram não só que o problema existe, mas que é perceptível no dia-a-dia.

Epílogo

“Sinalização e faixas para ciclistas; sinalização, calçadas e faixas para pedestres são iniciativas urgentes a se implementar usando a criatividade comprovada dos técnicos da prefeitura e do governo do Estado. Não se pode mais ficar a esperar amanhã, pois os riscos ululantes são obviamente fatais”.

Este quarto, e último, parágrafo funciona como epílogo, pois é a conclusão do editorial; e como tal, recorre a uma recapitulação do que já foi dito, mostrando a necessidade urgente da resolução do problema. *“Sinalização e faixas para ciclistas; sinalização, calçadas e faixas para pedestres são iniciativas urgentes...”*; e utiliza-se também de uma dose de ironia: *“[...] usando a criatividade comprovada dos técnicos da prefeitura e do governo do Estado”*. A última frase do editorial *“Não se pode mais ficar a esperar amanhã, pois os riscos ululantes são obviamente fatais”* é bem incisiva, despertando, portanto, a indignação do leitor e indispondo-o para com as autoridades locais.

Editorial nº 2: “Fora do tempo”

21/02/2006

Opinião

Fora do tempo - EDITORIAL

Um dos ícones mais conhecidos do mundo é um relógio público, o Big Ben. Construído em 1859, é sinónimo – em todo o mundo – da cidade de Londres e pode ser considerado um sinónimo de preservação de valores urbanos e históricos.

O mais conhecido relógio do mundo anuncia algo além das horas e minutos – confirma que sempre é tempo de se valorizar as referências históricas e culturais de uma sociedade. Evidentemente que o centenário relógio de Londres é o que é em função do que representa o poderoso império britânico na história do mundo moderno. Não há como copiá-lo, mas há muito que se aprender com o imponente Big Ben, entendendo como as comunidades devem preservar seus símbolos, mesmo que seja um modesto relógio de esquina, ou uma simples estátua numa praça (como a do “mijãozinho”), ou um casarão (como o finado Bela Vista) – desde que tais objetos tenham história agregada, a preservação deveria ser uma questão de cidadania.

Maceió tem desacertado seus ponteiros com sua própria cultura histórica. Um dos mais fortes símbolos da Capital alagoana foi o relógio do Ponto Central, mas são igualmente valiosos os sobreviventes relógios da Catedral Metropolitana, da Estação Ferroviária, do Mercado Público.

Há poucos dias, demoliu-se o Relógio do Milênio, criação do global Hans Donner; há anos desapareceu o Relógio do Ponto Central, expressivo exemplar da arte em ferro fundido (provavelmente importado da França, como postes e esculturas da mesma época). Entre uma e outra eliminação, mantém-se a escrita de jogarmos fora os ícones da história e da cultura urbana. Quem sabe, um dia, encontraremos o tempo de valorizar bens como nossos relógios públicos que, mesmo sem a grandiosidade de um Big Ben,

cumpririam o mesmo papel: marcar as horas e lembrar a própria comunidade que a nossa história não pára.

Análise jornalística

Tema: Degradação do patrimônio cultural.

Escrito em terceira pessoa do singular, caracterizando impessoalidade.

O editorial aborda a desvalorização da cultura local, caracterizando topicalidade. E sendo, portanto, um editorial de consequência, pois visualiza os resultados das atitudes de descaso para com os patrimônios culturais da cidade; mas também apresenta características preventivas, já que adverte a sociedade do risco de perda de identidade cultural.

Texto curto e claro.

O texto aborda um problema que vem acontecendo ao longo do tempo em Maceió e em um dos exemplos, cita um fato acontecido a dias atrás, caracterizando plasticidade.

Morfologicamente, este editorial é um *suelto*, pois analisa, em termos comparativos, a valorização dos símbolos culturais em Londres (*Big Ben*) e em Maceió (os vários relógios públicos, estátuas e prédios).

Quanto ao conteúdo, é ilustrativo, pois pretende conscientizar, educar a sociedade a aprender a valorizar os bens culturais; e o estilo, é racionalizante, no sentido de que relata um problema que existe há anos na cidade, fazendo com que o leitor esteja ciente disso; mas também desenvolve características normativas, por aconselhar a sociedade a reverter essa situação de descaso, afirmando que sempre há tempo para mudança.

Quanto à natureza, este editorial é circunstancial, pois aproveitou a demolição do Relógio do Milênio que tinha acontecido havia dias para mostrar que esse assunto é muito mais abrangente.

Análise retórica

Discurso demonstrativo porque critica o descaso tanto da comunidade como das autoridades para com o patrimônio cultural de Maceió.

Exórdio

“Um dos ícones mais conhecidos do mundo é um relógio público, o Big Ben. Construído em 1859, é sinônimo – em todo o mundo – da cidade de Londres e pode ser considerado um sinônimo de preservação de valores urbanos e históricos.

O mais conhecido relógio do mundo anuncia algo além das horas e minutos – confirma que sempre é tempo de se valorizar as referências históricas e culturais de uma sociedade. Evidentemente que o centenário relógio de Londres é o que é em função do que representa o poderoso império britânico na história do mundo moderno. Não há como copiá-lo, mas há muito que se aprender com o imponente Big Ben, entendendo como as comunidades devem preservar seus símbolos, mesmo que seja um modesto relógio de esquina, ou uma simples estátua numa praça (como a do “mijãozinho”), ou um casarão (como o finado Bela Vista) – desde que tais objetos tenham história agregada, a preservação deveria ser uma questão de cidadania”.

Este trecho introduz o assunto fazendo o leitor não só se interessar pelo tema, mas também entender o ponto de vista do texto (ele começou a falar sobre a importância do *Big Ben* para que o leitor entendesse que os relógios de Maceió também merecem igual importância e reconhecimento).

Narração

“Maceió tem desacertado seus ponteiros com sua própria cultura histórica. Um dos mais fortes símbolos da Capital alagoana foi o relógio do Ponto Central, mas são igualmente valiosos os sobreviventes relógios da Catedral Metropolitana, da Estação Ferroviária, do Mercado Público.

Há poucos dias, demoliu-se o Relógio do Milênio, criação do global Hans Donner; há anos desapareceu o Relógio do Ponto Central, expressivo exemplar da arte em ferro fundido (provavelmente importado da França, como postes e esculturas da mesma época). Entre uma e outra eliminação, mantém-se a escrita de jogarmos fora os ícones da história e da cultura urbana”.

A narração mostra como Maceió se comporta em relação aos seus bens culturais. Nela são citados os símbolos culturais – existentes e inexistentes – da cidade, deixando claro o problema que o descaso pode resultar.

Provas

A própria narração do fato (comentada acima) já serve de prova neste editorial. Este caso está de acordo com o que Aristóteles (1999, p. 214) afirmou: “No gênero demonstrativo, as mais das vezes, a amplificação consistirá em demonstrar que os fatos são belos e úteis, pois que hão de servir de provas. Raramente será preciso demonstrá-los [...]”.

Epílogo

“Quem sabe, um dia, encontraremos o tempo de valorizar bens como nossos relógios públicos que, mesmo sem a grandiosidade de um Big Ben, cumpririam o mesmo papel: marcar as horas e lembrar a própria comunidade que a nossa história não pára”.

Mais uma vez, o epílogo recorre à recapitulação do que já foi dito, comparando novamente os relógios públicos de Maceió com o *Big Ben*, e desperta paixões no leitor, fazendo-o idealizar o dia em que a comunidade aprenderá a preservar o que lhe foi outorgado.

Editorial nº 3: “Interiorizando”

23/02/2006

Opinião

Interiorizando - Editorial

Não podem restar dúvidas sobre a importância do funcionamento de centros de ensino superior no interior do Estado. Expandir a educação para todos os recantos de um estado, em todos os níveis, é essencial para a realização do anseio pelo desenvolvimento. Há anos, esse esforço tem deixado marcas positivas em Alagoas, com experiências pioneiras, há décadas, em Arapiraca e Penedo.

A interiorização da Universidade Federal de Alagoas pode ser considerada um avanço notável nesse esforço de descentralizar o ensino superior com a construção de pólos universitários de alto nível nas principais regiões do Estado. A Ufal tem história que orgulha os alagoanos e sua presença noutras cidades funcionará também como um destacado estímulo às fundações e demais escolas privadas de nível superior.

Mais um passo é dado no sentido da democratização das oportunidades. Mas se iludirá quem supor a instalação de campi como uma panacéia para geração de empregos e renda. Os profissionais formados nas instituições de ensino superior precisam de mercado de trabalho, espaço criado apenas com o crescimento econômico, com a multiplicação dos empreendimentos produtivos. A própria universidade pode e deve ser uma parceira na construção das bases de um processo de desenvolvimento, mas nenhum pólo de ensino poderá, automaticamente, fazer brotar em torno de si, per si, postos de emprego e fontes de renda. A liberação das forças econômicas e a prosperidade não caem do céu, dependem de projetos exequíveis e capazes de unir a iniciativa privada e o poder público.

Ao passo positivo dado com a instalação do campus da Ufal em Arapiraca devem ser dados, sem demora, outros passos no campo do planejamento econômico para a região. Sem isso, não

se conseguirá trilhar caminho nenhum, apesar das esperanças despertadas agora.

Análise jornalística

Tema: Interiorização da Ufal.

Escrito em terceira pessoa do singular, caracterizando impessoalidade.

O editorial aborda a importância do ensino superior para o interior do Estado, mas ressalta que isso não é suficiente para gerar novos empregos e dinamizar a economia.

Texto curto e claro, embora se utilize de alguns termos rebuscados.

O texto aborda um fato atual, que está tendo uma boa repercussão na sociedade, caracterizando a plasticidade.

Morfologicamente, este editorial é um *suelto*.

Quanto ao conteúdo, é informativo, pois esclarece que a expansão da universidade não garantirá, por si só, o crescimento econômico do Estado; e o estilo, é racionalizante.

Quanto à natureza, este editorial é circunstancial, pois ele aproveita um tema que está tendo alta repercussão para destacar os meios necessários para um desenvolvimento econômico no Estado, que também inclui a universidade, mas não se restringe a ela.

Análise retórica

Discurso deliberativo porque aconselha/explica que a interiorização da UFAL não garantirá, por si só, o crescimento econômico do Estado.

Narração

“Não podem restar dúvidas sobre a importância do funcionamento de centros de ensino superior no interior do Estado. Expandir a educação para todos os recantos de um estado, em todos

os níveis, é essencial para a realização do anseio pelo desenvolvimento. Há anos, esse esforço tem deixado marcas positivas em Alagoas, com experiências pioneiras, há décadas, em Arapiraca e Penedo.

A interiorização da Universidade Federal de Alagoas pode ser considerada um avanço notável nesse esforço de descentralizar o ensino superior com a construção de pólos universitários de alto nível nas principais regiões do Estado. A Ufal tem história que orgulha os alagoanos e sua presença noutras cidades funcionará também como um destacado estímulo às fundações e demais escolas privadas de nível superior.

Mais um passo é dado no sentido da democratização das oportunidades. Mas se iludirá quem supor a instalação de campi como uma panacéia para geração de empregos e renda”.

Esta narração expõe o assunto, ressaltando os pontos positivos da interiorização do ensino superior e da própria UFAL, mas afirma também que só isso não é suficiente para gerar mais empregos, focando assim o assunto, que vai ser tratado no resto do texto.

Provas

“Os profissionais formados nas instituições de ensino superior precisam de mercado de trabalho, espaço criado apenas com o crescimento econômico, com a multiplicação dos empreendimentos produtivos. A própria universidade pode e deve ser uma parceira na construção das bases de um processo de desenvolvimento, mas nenhum pólo de ensino poderá, automaticamente, fazer brotar em torno de si, per si, postos de emprego e fontes de renda. A liberação das forças econômicas e a prosperidade não caem do céu, dependem de projetos exequíveis e capazes de unir a iniciativa privada e o poder público”.

Esse trecho argumenta o porquê da interiorização do ensino superior não ser suficiente para garantir o desenvolvimento econômico da região.

Epílogo

“Ao passo positivo dado com a instalação do campus da Ufal em Arapiraca devem ser dados, sem demora, outros passos no campo do planejamento econômico para a região. Sem isso, não se conseguirá trilhar caminho nenhum, apesar das esperanças despertadas agora”.

De acordo com Aristóteles (1999, p. 220), este epílogo amplifica o que foi dito no discurso e faz isso em forma de conselho, mostrando passos práticos que devem ser tomados paralelamente à instalação da Ufal em Arapiraca e Penedo.

Editorial nº 4: “Celas abertas?”**25/02/2006****Opinião****Celas abertas? - Editorial**

Quando toda a sociedade clama para que os bandidos sejam impelidos das ruas à carceragem, qualquer notícia que sugira uma contra-mão¹ neste caminho causa apreensão. Há um antecedente assustador, pois, há pouco tempo, detentos do estado de Minas Gerais foram devolvidos à liberdade pelo simples motivo de as celas estarem inóspitas e superpovoadas.

Atemorizada pelo enxame de bandidos, cada dia mais vorazes, a população de todo o Brasil (e de Alagoas em particular) tem suas razões para se assustar com qualquer perspectiva de estar exposta, além das gangues à solta, a presídios nos quais os detentos estariam literalmente saindo pelo portão. Já são demais os facínoras circulando em todas as cidades - é demais ter esse plantel acrescido por indivíduos que deveriam estar hospedados no sistema prisional.

¹ Erro ortográfico do texto original.

Não se pode negar, a quem já cumpriu sua pena, o direito de ser reincorporado à sociedade. Quem pagou por seus erros deve ser libertado de acordo com a lei. Mas o que assombra é a suposição de que pessoas de comprovada periculosidade estejam sendo beneficiadas não porque mereçam a liberdade, mas porque o aparelho de Estado é incapaz de manter um bandido afastado da sociedade.

Os recentes conflitos entre juízes acerca da propriedade do aprisionamento de acusados dos mais variados crimes é mais um fator de insegurança para a comunidade alagoana. No campo da Justiça e da segurança pública, qualquer desentendimento entre autoridades competentes é prejuízo certo para a sociedade.

Para quem está disposto a seguir a senda da ilegalidade, a detenção tem se constituído numa forma de aperfeiçoamento das piores qualidades. Liberar quem ainda está em débito para com a sociedade é liberar o perigo.

Sem demora, que sejam esclarecidas as divergências entre as autoridades e que aos bandidos seja assegurado o direito à prisão.

Análise jornalística

Tema: Insegurança.

Escrito em terceira pessoa do singular, caracterizando impessoalidade.

O editorial aborda a falta de segurança da sociedade com a nova possibilidade de bandidos serem soltos por superlotação nos presídios, caracterizando topicalidade. E sendo, portanto, um editorial de ação, pois apreende o impacto de um fato, que foi a soltura de detentos no estado de Minas Gerais “*pelo simples motivo de as celas estarem inóspitas e superpovoadas*”.

Texto curto, que além de se utilizar termos rebuscados, cita “recentes conflitos entre juízes”, mas não esclarece esses conflitos, certamente supondo que o leitor saberia.

O texto aborda um fato atual, bem como a reação das pessoas

no dia-a-dia quanto à violência urbana, caracterizando plasticidade.

Morfologicamente, este editorial é um *suelto*, pois faz uma pequena análise sobre um fato atual.

Quanto ao conteúdo, é informativo, pois esclarece à sociedade os riscos a que está exposta com essa possibilidade de bandidos ficarem livres, à solta; e o estilo, é racionalizante, por retratar essa nova situação, embora ele apele também para o emocional, instigando o leitor a sentir uma insegurança e a entender a gravidade do problema.

Quanto à natureza, este editorial é polêmico, pois contesta claramente o fato que aconteceu em Minas Gerais, alegando que a população sairá prejudicada com isso, e que cabe ao Estado a solução imediata de quaisquer “divergências entre autoridades” e desse problema.

Análise retórica

Discurso demonstrativo porque critica a situação de insegurança, causada pela falta de estrutura do sistema prisional, a que está exposta a sociedade.

Exórdio

"Quando toda a sociedade clama para que os bandidos sejam impedidos das ruas à carceragem, qualquer notícia que sugira uma contra-mão neste caminho causa apreensão".

Introduz o assunto e sugere o tema ao dizer que tem acontecido o caminho inverso do que deveria estar acontecendo, o contrário dos anseios da sociedade.

Narração

"Há um antecedente assustador, pois, há pouco tempo, detentos do estado de Minas Gerais foram devolvidos à liberdade pelo simples motivo de as celas estarem inóspitas e superpovoadas.

Atemorizada pelo enxame de bandidos, cada dia mais vora-

zes, a população de todo o Brasil (e de Alagoas em particular) tem suas razões para se assustar com qualquer perspectiva de estar exposta, além das gangues à solta, a presídios nos quais os detentos estariam literalmente saindo pelo portão. Já são demais os facínoras circulando em todas as cidades - é demais ter esse plantel acrescido por indivíduos que deveriam estar hospedados no sistema prisional”.

Este trecho narra o fato que aconteceu em Minas Gerais e mostra a existência do problema e o quanto a sociedade está preocupada com essa situação.

Provas

“Não se pode negar, a quem já cumpriu sua pena, o direito de ser reincorporado à sociedade. Quem pagou por seus erros deve ser libertado de acordo com a lei. Mas o que assombra é a suposição de que pessoas de comprovada periculosidade estejam sendo beneficiadas não porque mereçam a liberdade, mas porque o aparelho de Estado é incapaz de manter um bandido afastado da sociedade.

Os recentes conflitos entre juízes acerca da propriedade do aprisionamento de acusados dos mais variados crimes é mais um fator de insegurança para a comunidade alagoana”.

As provas argumentam, mostram os motivos pelos quais as pessoas têm medo e explicam o real problema que causa temor às pessoas, que não é a liberdade de alguém que estava na prisão, mas a liberdade antes do tempo, indevida, e também o desentendimento da Justiça em relação a esse ponto.

Epílogo

“No campo da Justiça e da segurança pública, qualquer desentendimento entre autoridades competentes é prejuízo certo para a sociedade.

Para quem está disposto a seguir a senda da ilegalidade, a detenção tem se constituído numa forma de aperfeiçoamento das

piores qualidades. Liberar quem ainda está em débito para com a sociedade é liberar o perigo.

Sem demora, que sejam esclarecidas as divergências entre as autoridades e que aos bandidos seja assegurado o direito à prisão”.

O epílogo amplifica o que foi dito no discurso, ressaltando a gravidade do problema, e causando assim, sentimentos como medo e indignação ao leitor.

Editorial n^o 5: “Divina orla”

26/02/2006

Opinião

Divina orla - Editorial

Seja por coincidência geográfica, ou por sorteio qualquer, ou quaisquer outros critérios, o fato é que é justíssima a escolha do litoral alagoano para fechar com chave de ouro a série especial do Fantástico sobre as praias brasileiras. Literalmente, a orla alagoana dá um banho!

Repetindo a quilometragem dita nas peças publicitárias sobre este Estado, temos aqui 230 quilômetros de paraísos – sim, porque pela diversidade desta orla, o éden das Alagoas é plural. Praias mansas, ondas bravias, arrecifes, piscinas no meio do mar, falésias, lagunas, barras, pontais, areais e cores magníficas. Envaideçam-se, alagoanos nativos e adotados: o paraíso está à vossa porta.

Regozijos feitos, fitas cassetes e DVD’s gravados para a posteridade, tanta beleza e tanto prestígio devem-nos fazer refletir sobre como tratamos as dádivas divinas oferecidas a este nosso Estado. O que temos feito para preservar esse patrimônio natural? E o que temos feito para que este patrimônio, ao ser preservado ade-

quadamente, venha a multiplicar (e viabilizar) as oportunidades de geração de emprego e renda?

Em Maceió, basta-nos chegar à orla (belíssima) central da cidade. Ali, mesmo quando a língua podre do Salgadinho não está visível, a poluição doméstica assume feições horrendas e nem sempre longe dos olhos, pois da Pajuçara à Cruz das Almas esgotos residenciais são criminosamente conectados à rede de águas pluviais. De Cruz das Almas em diante, uma idéia infernal apavora o futuro com a liberação dos gabaritos para construção de espigões sem quaisquer redes de saneamento. O que estamos fazendo com o paraíso que nos foi confiado?

Neste domingo, à noite, o programa de maior audiência da televisão brasileira (Fantástico, da Rede Globo) levará aos lares alagoanos, via TV Gazeta, belezas ainda desconhecidas para muitos de nós. Mire-se nessas maravilhas, procure conhecê-las, revê-las – e, acima de tudo, lute para preservá-las.

Análise jornalística

Tema: Belezas naturais.

Escrito na primeira pessoa do plural, caracterizando impessoalidade.

O editorial aborda tanto as belezas naturais do estado de Alagoas, quanto a falta de cuidado com elas e a importância de preservá-las, excedendo um pouco o que caracteriza a topicalidade, porque o texto fala de um único tema (praias), mas em vários aspectos. É um editorial de consequência.

Texto curto e claro, embora se utilize termos rebuscados.

O texto aborda um fato atual, que aconteceu ainda na mesma semana que ele foi escrito, caracterizando plasticidade.

Morfologicamente, este editorial é uma nota, pois ele registra rapidamente o fato de que Alagoas será exibida na série “praias brasileiras” do Fantástico e fala sobre a falta de cuidado, observada tranqüilamente na orla alagoana e as consequências disso:

“De Cruz das Almas em diante, uma idéia infernal apavora o futuro com a liberação dos gabaritos para construção de espigões sem quaisquer redes de saneamento”.

Quanto ao conteúdo, é normativo, pois aconselha os alagoanos a cuidarem das belezas divinas que lhes foram dadas; e o estilo, é racionalizante, pois fala do problema seguindo um raciocínio lógico e baseado em argumentos, no entanto, não deixa de ser emocional ao tentar fazer com que o leitor se sinta realmente parte, possuidor de tais belezas, por exemplo: “Envaideçam-se, alagoanos nativos e adotados: o paraíso está à vossa porta”.

Quanto à natureza, este editorial é promocional, porque é coerente com a linha da empresa e até aproveita o espaço para exaltar um programa televisivo do mesmo grupo empresarial, mas também é circunstancial porque aproveita que o “Fantástico” vai mostrar as belezas naturais de Alagoas para falar sobre o assunto e levar a população a refletir como essas belezas estão sendo cuidadas.

Análise retórica

Discurso demonstrativo porque elogia o litoral alagoano, mas também leva a uma reflexão sobre como ele tem sido cuidado.

Exórdio

"Seja por coincidência geográfica, ou por sorteio qualquer, ou quaisquer outros critérios, o fato é que é justíssima a escolha do litoral alagoano para fechar com chave de ouro a série especial do Fantástico sobre as praias brasileiras. Literalmente, a orla alagoana dá um banho!"

Repetindo a quilometragem dita nas peças publicitárias sobre este Estado, temos aqui 230 quilômetros de paraísos – sim, porque pela diversidade desta orla, o éden das Alagoas é plural. Praias mansas, ondas bravias, arrecifes, piscinas no meio do mar, falésias, lagunas, barras, pontais, areais e cores magníficas.

Envaideçam-se, alagoanos nativos e adotados: o paraíso está à vossa porta.

Regozijos feitos, fitas cassetes e DVD's gravados para a posteridade, tanta beleza e tanto prestígio devem-nos fazer refletir sobre como tratamos as dádivas divinas oferecidas a este nosso Estado".

Estes parágrafos introduzem o assunto de maneira positiva para conquistar a simpatia do leitor; porém culmina com a frase em que ele lança um contraponto ("*devem-nos fazer refletir sobre como tratamos as dádivas divinas oferecidas a este nosso Estado*") que se torna o assunto central do editorial.

Narração

"O que temos feito para preservar esse patrimônio natural? E o que temos feito para que este patrimônio, ao ser preservado adequadamente, venha a multiplicar (e viabilizar) as oportunidades de geração de emprego e renda?

Em Maceió, basta-nos chegar à orla (belíssima) central da cidade. Ali, mesmo quando a língua podre do Salgadinho não está visível, a poluição doméstica assume feições horrendas e nem sempre longe dos olhos, pois da Pajuçara à Cruz das Almas esgotos residenciais são criminosamente conectados à rede de águas pluviais. De Cruz das Almas em diante, uma idéia infernal apavora o futuro com a liberação dos gabaritos para construção de espigões sem quaisquer redes de saneamento. O que estamos fazendo com o paraíso que nos foi confiado?"

A narração leva o leitor a refletir, lançando perguntas diretas que o conduzem ao objetivo do editorial, que é conscientizar, estimular as pessoas a cuidar das belezas naturais de Alagoas, que, ao citá-las, já servem de provas, pois explicitam as razões de tantos elogios.

Epílogo

"Neste domingo, à noite, o programa de maior audiência da televisão brasileira (Fantástico, da Rede Globo) levará aos la-

res alagoanos, via TV Gazeta, belezas ainda desconhecidas para muitos de nós. Mire-se nessas maravilhas, procure conhecê-las, revê-las – e, acima de tudo, lute para preservá-las”.

Nesta parte, o texto amplifica o tema abordado pelo editorial e motiva o leitor a assistir ao programa "Fantástico", caracterizando assim uma espécie de autopromoção também, já que a TV Gazeta, que transmitirá o programa, faz parte da mesma organização que o jornal impresso responsável por este editorial (Organização Arnon de Mello).

Capítulo 6

Considerações finais

Ao final deste trabalho, acreditamos que o nosso objetivo de ampliar o conhecimento científico sobre os gêneros midiáticos contemporâneos, e especificamente, o gênero jornalístico opinativo editorial, foi alcançado. Para isso fizemos uma ampla revisão literária - que teve início na retórica aristotélica, passando pelas definições retóricas contemporâneas de Fidalgo (2005), Plebe e Emanuele (1992) e Perelman (1999), seguindo para uma abordagem sobre gêneros textuais e jornalísticos, até chegar ao gênero editorial - e aplicamos os conceitos pesquisados na análise de cinco exemplares do nosso objeto de estudo (editorial) extraídos do jornal *Gazeta de Alagoas*.

Assim, concluímos que o estudo dos gêneros remonta a Aristóteles e que a estrutura discursiva criada por ele e dividida em exórdio, narração/exposição, provas, refutação, epílogo/peroração e interrogação/facécia, permanece válida e pode ser evidenciada nos gêneros textuais, inclusive, nos dias hodiernos.

No entanto, nos editoriais analisados, percebemos que essa estrutura aristotélica, apesar de presente, não necessariamente com todas as partes, não é bem definida e que, muitas vezes, as partes integrantes do discurso se misturam no mesmo parágrafo, por exemplo, dificultando assim uma identificação precisa e prejudicando a boa construção do discurso. Isso pode fazer com que o

texto não tenha uma boa receptividade do público e, conseqüentemente, não provoque a *adesão dos espíritos*, explicada por Perelman (1999), ou seja, não persuada o leitor.

Assim, queremos ressaltar a necessidade de conhecimento teórico para se escrever um bom e eficaz editorial. Esse conhecimento inclui tanto as técnicas retóricas, quanto as características do próprio gênero.

As técnicas retóricas são necessárias porque como o gênero opinativo expressa a opinião de determinada pessoa ou instituição, ele é parcial e, portanto, pretende persuadir o público a tomar aquele posicionamento como verdadeiro ou certo; e conhecer o próprio gênero é preciso porque a ausência desse conhecimento prejudica a eficácia do discurso, já que os gêneros servem como guia tanto para os produtores - afinal cada gênero tem uma identidade específica -, quanto para os receptores, que ao verem um texto enquadrado em um determinado gênero, por exemplo, já criam expectativas e sabem o que esperar dele.

Uma vez que a bibliografia sobre gêneros opinativos no Brasil ainda é escassa, acreditamos que este trabalho possa contribuir no sentido de aprofundar este assunto e de servir como norte para os estudantes da área de Jornalismo, bem como para os profissionais que lidam direta e diariamente com gêneros e que, muitas vezes, desconhecem-lhes. No entanto, é imprescindível a realização de mais estudos nesta área, não só para suprir a carência bibliográfica existente, mas para que o jornalista conheça suficientemente bem o seu objeto de trabalho – os gêneros jornalísticos.

Capítulo 7

Referências

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 14 ed. São Paulo: Ediouro, 1999.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- CARVALHO, Leandro. *Artigo final*. Disponível em <<http://www.paratexto.com.br/document.php?id=611>>. Acesso em 17 mar. 2006.
- FIDALGO, Antônio. *Definição de retórica e cultura grega*. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-retorica-cultura-grega.html>>. Acesso em 30 jun. 2005.
- FREITAS, Antonio Francisco Ribeiro de. *A retórica jornalística: o processo de indução na imprensa por meio dos argumentos de autoridade*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas. 2002. Tese de doutorado. Mimeografada. 252 p.
- Gazeta de Alagoas. Disponível em <<http://www.gazeta-oam.com.br>>. Acesso em 28 fev. 2006.

- Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MACHADO, IRENE A. *A teoria do romance e a análise estético-cultural de M. Bakhtin*. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/n5/fmachadotexto.html>>. Acesso em 19 fev. 2006.
- MARQUES, Luis Henrique. *Teoria e prática de redação para jornalismo impresso*. Bauru: EDUSC, 2003.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MARTINS, Índia Mara. *Jornalismo opinativo*. Disponível em <www.patotalagoa.blogspot.com>. Acesso em 18 dez. 2005.
- MEDINA, Jorge L. B. *Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero*. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/viiisipec/gt05/40%20Jorge%20Lellis%20%20trabalho20completo.htm>>. Acesso em 02 fev. 2006.
- MELO, José Marques de. *A opinião do jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PINHEIRO, Najara F. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, J. L. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002.
- PLEBE, Armando & EMANUELE, Pietro. *Manual de retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- RAUEN, Fábio José. *Tratado da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca: resenha*. Disponível em <<http://www.fabiouen.hpg.ig.com.br/03.html>>. Acesso em 17 mar. 2006.

SANTOS, Maria; QUEIROZ, Marinaide; MOURA, Tânia; MIGUEL, Geilda. *Gêneros textuais: na educação de jovens e adultos*. 2.ed. rev. Maceió: FAPEAL, 2004.

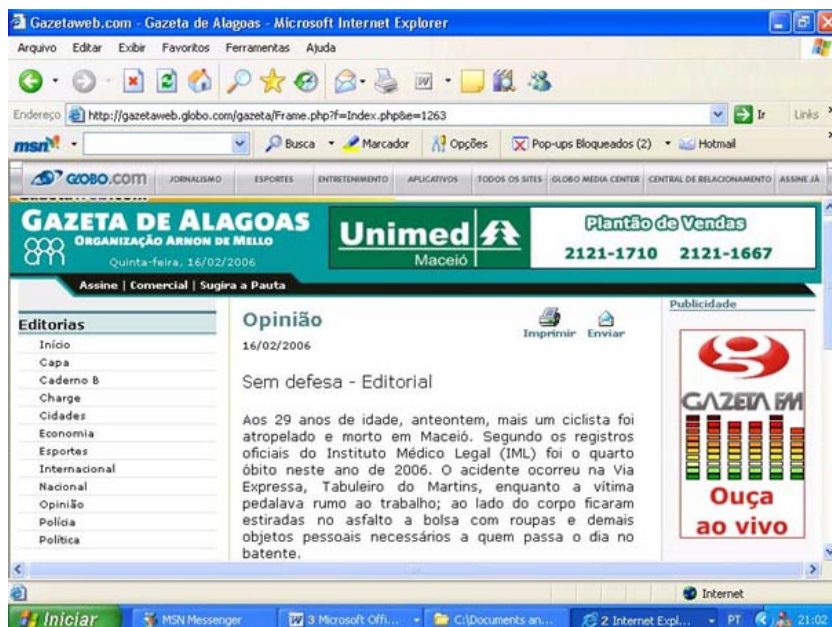
SOUSA, Américo. *Retórica e persuasão*. Disponível em <<http://www.persuasao.com>>. Acesso em 06 dez. 2005.

Capítulo 8

Anexos

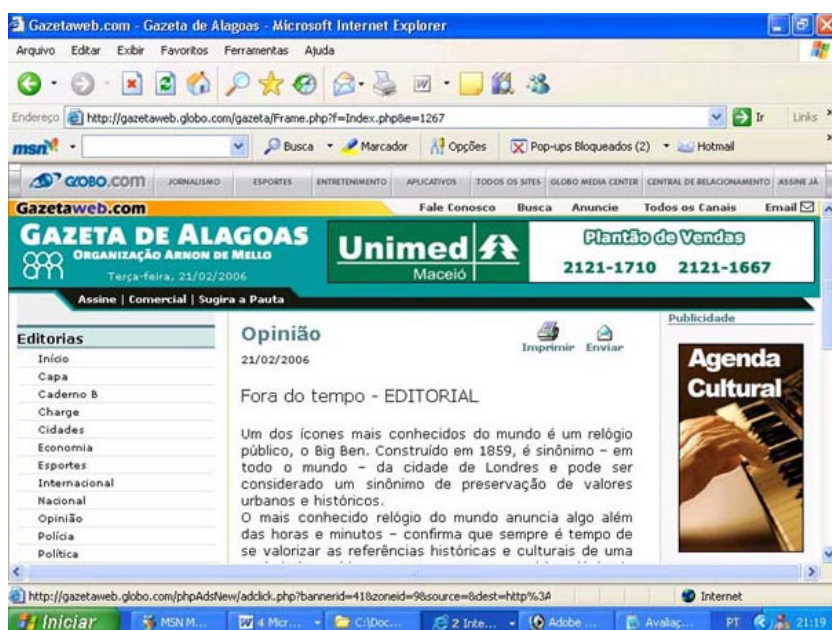
Anexo A

Editorial “Sem Defesa”



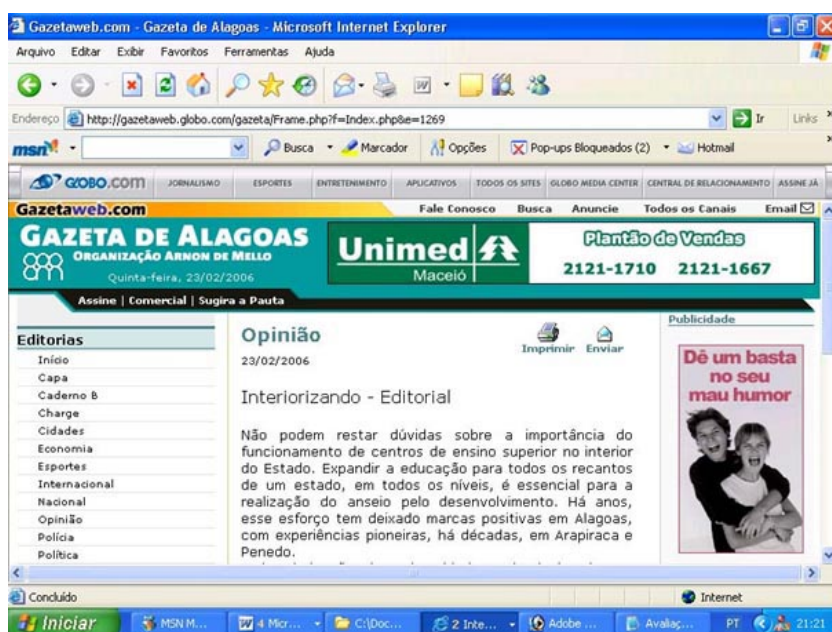
Anexo B

Editorial “Fora do Tempo”



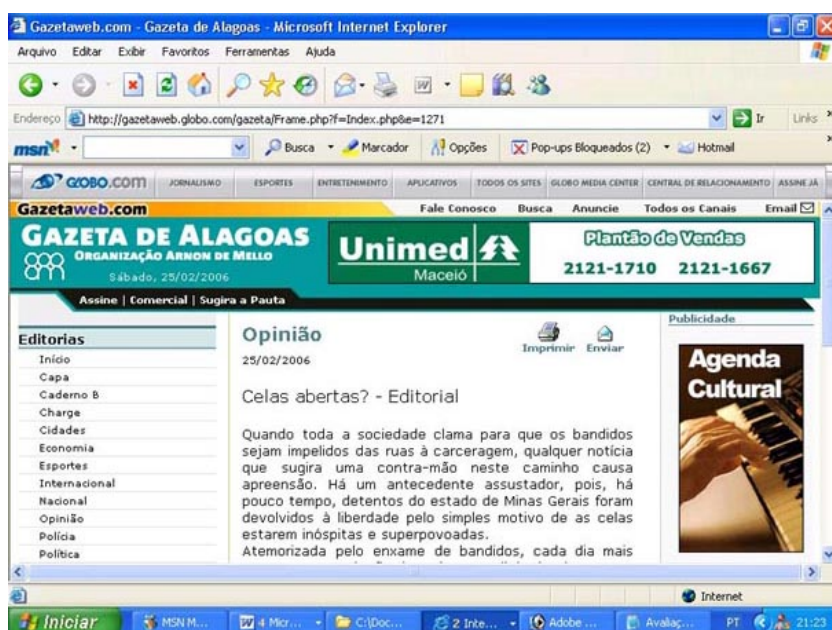
Anexo C

Editorial “Interiorizando”



Anexo D

Editorial “Celas Abertas?”



Anexo E

Editorial “Divina Orla”

